

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**Edinilson Quintiliano dos Santos**

**Concepção e representação espacial do Oriente Médio em  
sítios educativos e livros didáticos de Geografia**

**MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**SÃO PAULO**

**2009**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**Edinilson Quintiliano dos Santos**

**Concepção e representação espacial do Oriente Médio em  
sítios educativos e livros didáticos de Geografia**

**MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Geografia, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marísia Margarida Santiago Buitoni.

**SÃO PAULO**

**2009**

**Banca Examinadora**

---

---

---

À

**MINHA SANTA**

**MÃEZINHA EXEMPLO VIVO**

**DA FIBRA DA MULHER NORDESTINA**

## **AGRADECIMENTOS**

A Prof<sup>a</sup>. Marísia Margarida Santiago Buitoni, pela orientação deste trabalho.

Aos demais membros da banca de exame de qualificação, Prof<sup>a</sup>. Márcia Maria Cabreira Monteiro de Souza e o Prof. André Roberto Martin, pelas pertinentes sugestões ao trabalho.

A minha mãe, pelo amor incondicional em todas as etapas da vida.

Ao meu pai, meu verdadeiro mestre na árdua tarefa de viver na complexidade do mundo.

A minha esposa Lúcia, pelo carinho e amor, mesmo nas horas difíceis.

Aos meus filhos, Leonardo e Diogo, que até se acostumaram com as minhas ausências.

Ao meu quase irmão Clodoaldo Gomes Alencar Junior, pela leitura atenta e oportuna dessa dissertação.

A vovó Neide, pelo apoio e incentivo.

**“Mais do que no choque manufaturado de civilizações, precisamos concentrar-nos no lento trabalho conjunto de culturas que se sobrepõem, tomam isto ou aquilo emprestado uma à outra e vivem juntas de maneiras muito mais interessantes do que qualquer modo abreviado ou inautêntico de compreensão poderia supor. Acontece que esse tipo de percepção mais ampla exige tempo, paciência e indagação crítica, construídos a partir da fé em comunidades voltadas para a interpretação, tão difíceis de manter num mundo que exige ação e reação instantâneas.”**

**Edward Said**

## RESUMO

A pesquisa tem como finalidade estabelecer uma reflexão em torno do conceito de Oriente Médio, com o objetivo de compreender a origem das várias representações que o termo apresenta. Assim como, verificar se os livros didáticos de geografia do Ensino Médio, selecionados pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), apresentam incorreções teóricas ou disseminam visões preconceituosas em relação ao Oriente Médio.

Partimos de uma breve reconstituição do conceito de região na história do pensamento geográfico, buscando compreender a influência desse conceito na delimitação espacial do Oriente Médio. Essa reflexão se fez necessária, em decorrência da conotação regional que a expressão Oriente Médio comporta.

Investigamos em diversas fontes – *sites*, paradidáticos e periódicos – como o Oriente Médio é representado espacialmente e estabelecemos as semelhanças e diferenças presentes nessas representações, bem como buscamos contextualizar o momento em que a expressão é criada e quais fatores foram determinantes nesse processo. Para então analisarmos de que forma esse conceito é apresentado nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio.

A averiguação evidenciou a imprecisão territorial e a fragilidade teórica conceitual que a expressão representa além de encontrar na geopolítica as bases para essas representações.

A pesquisa possibilitou compreender que as várias visões de mundo produzidas a partir do Imperialismo europeu do século XX, criaram diversas representações do Oriente Médio e que os livros didáticos de geografia reproduzem essas representações, porém não esclarecem aos seus leitores quanto à polêmica que envolve a abrangência espacial do Oriente Médio.

**Palavras-chave:** Oriente Médio, Região, Livros didáticos, Geopolítica.

## ABSTRACT

The aim of this study is to reflect upon the concept of The Middle East so as to understand the origin of several representations related to the term as well as to verify if the Geography textbooks for *Ensino Médio (EM)* selected by *Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM)* have theoretical inadequacies or show prejudiced views of the Middle East.

We start from a brief reconstitution of the concept of region in the history of geographical thought, seeking to understand its influence in the Middle Eastern spatial delimitation. This reflection is necessary due to the regional connotation of expression Middle East.

We investigated different sources such as sites, Para didactic books and journals to see how the Middle East is represented spatially and we established the differences and the similarities in those representations as well as contextualized the moment when the expression was created and what factors were determinants in that process. After that, we analyzed the way the Middle East was represented in the Geography textbooks for EM.

The investigation highlighted territorial imprecision as well as theoretical and conceptual weaknesses in the expression. Besides that, it found the bases of those representations in Geopolitics.

The study made it possible to understand that the various views of world produced since European Imperialism in XX Century created various representations of the Middle East and that the Geography textbooks reproduce them, but they do not make clear for the readers the polemics related to spatial reach of the Middle East.

**Key Words:** Middle East, Region, Textbooks, Geopolitics.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa da acepção Britânica de Oriente Médio - séc. XX.....	34
<b>Figura 2:</b> Mapa da acepção de Oriente Próximo – séc. XX.....	34
<b>Figura 3:</b> Mapa das duas concepções correntes de Oriente Médio – sé. XXI.....	34
<b>Figura 4:</b> Mapa do Oriente Médio (site kliceducação) .....	36
<b>Figura 5:</b> Mapa do Oriente Médio (site folha.uol).....	37
<b>Figura 6:</b> Mapa do Oriente Médio (guia do estudante) .....	38
<b>Figura 7:</b> Mapa do Oriente Médio (Publifolha) .....	39
<b>Figura 8:</b> Mapa “O Mundo de Mackinder” .....	42
<b>Figura 9:</b> Mapa “O Mundo de Spykman”.....	43
<b>Figura 10:</b> Mapa “O Mundo das Civilizações segundo Huntington”. .....	47
<b>Figura 11:</b> Mapa do Mundo árabe .....	50
<b>Figura 12:</b> Mapa “Oriente Médio: países e pontos estratégicos” .....	54
<b>Figura 13:</b> Mapa do Oriente Médio .....	55
<b>Figura 14:</b> Mapa “Oriente Médio – Oleodutos”.....	56
<b>Figura 15:</b> Mapa “Colonização europeia no Oriente Médio (1918).....	57
<b>Figura 16:</b> Mapa “Expansão territorial do Islamismo”. .....	62
<b>Figura 17:</b> Mapa “Expansão do Império Otomano até o século XVII” .....	65
<b>Figura 18:</b> Mapa da Evolução territorial de Israel – 1947 a 1979 .....	84
<b>Figura 19:</b> Mapa “Israel e territórios palestinos”.....	84
<b>Figura 20:</b> Foto do muro na Cisjordânia separando áreas israelenses e palestinas.....	86
<b>Figura 21:</b> Mapa “Colônias judaicas na Faixa de Gaza” .....	87
<b>Figura 22:</b> Mapa “Colônias judaicas na Cisjordânia”. .....	87
<b>Figura 23:</b> Mapa “Colônias judaicas nas Colinas de Golã” .....	87
<b>Figura 24:</b> Mapa da escassez de água no mundo.....	90
<b>Figura 25:</b> Gráfico – Água: Consumo diário per capita 2005.....	92
<b>Figura 26:</b> Mapa “A questão palestina e a água” .....	92
<b>Figura 27:</b> Mapa “Produção de gás natural, segundo regiões geográficas – 2003”.....	98
<b>Figura 28:</b> Mapa “O petróleo na economia mundial – 2002” .....	99
<b>Figura 29:</b> Mapa “Regiões geopolíticas da Eurásia segundo Brzezinski” .....	110

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE REGIÃO E SUA INFLUÊNCIA NA DELIMITAÇÃO DO ORIENTE MÉDIO</b> .....	<b>19</b>
1.1 A Região e o pensamento geográfico.....	19
1.2 O Poder e a Identidade Cultural na definição do espaço regional .....	27
<b>CAPÍTULO 2: O CONCEITO DE ORIENTE MÉDIO E SUAS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS</b> .....	<b>31</b>
2.1 A origem e a evolução das representações espaciais .....	31
2.2 A influência da Geopolítica no conceito de Oriente Médio .....	39
2.3 Identidade Cultural e regionalização: outras possibilidades.....	45
<b>CAPÍTULO 3: ALGUMAS ABORDAGENS DO ORIENTE MÉDIO NOS LIVROS DIDÁTICOS</b> .....	<b>52</b>
3.1 Definindo os critérios de análise .....	52
3.2 Representações cartográficas do Oriente Médio .....	53
3.3 Configuração espacial: Contexto Histórico/Cultural.....	59
3.4 A formação do Estado de Israel.....	76
3.5 Recursos minerais e Geopolítica .....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>100</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>104</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>110</b>

## INTRODUÇÃO

A escolha do tema dessa dissertação se deve, em muito, a minha trajetória acadêmica e profissional. Durante os anos no curso de graduação os eventos que abordavam o Oriente Médio aguçavam a minha curiosidade e despertavam um interesse especial, devido à diversidade e complexidade das relações que envolvem essa temática, fato que influenciou na escolha do tema do TGI - Trabalho de Graduação Individual – que teve como título “Os 50 anos do Estado de Israel”.

O exercício do magistério, em instituições públicas e privadas, vivenciando o cotidiano dos profissionais da educação nos proporcionou o contato direto com professores e alunos, o que facilitou a constatação, de que as temáticas que abordam o Oriente Médio são de difícil compreensão para os educandos das mais variadas séries e até mesmo para alguns colegas de profissão. Vânia Vlach, professora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, em uma pesquisa realizada com alunos e professores do Ensino Fundamental e Médio, onde um dos temas era a “guerra contra o terrorismo”, por parte da administração George W. Bush. A pesquisa constatou que:

“Das entrevistas realizadas com as professoras de Geografia, é pertinente registrar que três das quatro professoras do Ensino Fundamental e a professora do Ensino Médio admitiram dificuldades na abordagem de tais temas em sala de aula, bem como no acompanhamento da dinâmica política no Brasil e no mundo. Reclamam da carência de diversificação dos recursos didáticos, de sua falta de adequação, das condições de trabalho (os baixos salários exigem um número maior de aulas, o que reduz o tempo para pesquisarem), e da falta de cursos para o professor. Por isso mesmo, o livro didático ainda é o que orienta as suas aulas (os Atlas das

escolas são antigos).” (VLACH, [www.ub.es/geocrit/sn/sn-24563.htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24563.htm) acessado em 17.08.09)

Diante desta comprovação começamos a indagar o porquê da dificuldade de compreender este tema e se os livros didáticos e outras fontes estão respondendo às expectativas dos professores e alunos. A partir de então, passamos a pesquisar as causas deste problema e a buscar respostas para essa indagação.

O termo Oriente Médio tem a sua definição espacial apresentada de forma pouco específica, sem determinação de fronteiras precisas, pois há vários critérios possíveis para se definir a sua representação. Historicamente, é uma região estratégica funcionando desde a Antiguidade como eixo de ligação entre a Europa e o sudoeste Asiático.

É importante destacar que, a partir da II Guerra Mundial, o Oriente Médio é foco de conflitos que despertam grande interesse internacional, em razão das grandes reservas de petróleo que concentra, da complexidade das relações políticas, religiosas, étnicas, entre outras, que fazem desta parte do mundo um lugar *sui generis* e de conteúdo quase que obrigatório nos currículos escolares de vários estados brasileiros.

O fim da velha ordem mundial, conhecido como Guerra Fria, baseado na bipolarização mudou a geopolítica mundial e desviou a atenção do mundo e dos estudiosos para outro foco de tensão, que embora já existisse, era relegado a um segundo plano, em virtude de um possível confronto entre as duas superpotências desse período, Estados Unidos e União Soviética. Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos,

desencadearam vários conflitos armados no Oriente Médio, estigmatizando o lugar e as pessoas dessa região.

A esse respeito, como a imagem do Oriente Médio e da cultura árabe-israelense tem sido trabalhada de modo a não reforçar o preconceito e o estereótipo que podem chegar ao conhecimento dos educandos por meio das diferentes mídias?

De maneira geral, pode-se dizer que pelo tempo decorrido da imigração no Brasil, esses grupos seguem as regras de convivência da sociedade brasileira, freqüentando inclusive as mesmas instituições de ensino, principalmente nas universidades.

Contextualizando esta temática, o Brasil apresenta uma ligação histórica com o Oriente Médio, em decorrência do processo de imigração, que trouxe levadas de imigrantes provenientes daquela área, assim como, pelo grande número de brasileiros que vivem ou mantêm relações econômicas e sociais naquela parte do mundo.

Acreditamos que a educação de qualidade é um importante instrumento de conscientização e formação de opinião, capaz de auxiliar no combate das várias formas de manifestação do preconceito.

Na busca pelo Ensino de qualidade o Ministério da Educação, por meio do PNLD - Programa Nacional do Livro Didático -, tem investido parcela significativa de recursos públicos, ligados ao salário-educação e a recursos do Orçamento Geral da União, na aquisição e distribuição desses livros em todo o território nacional. Sendo assim, é de extrema relevância social que ocorram estudos que visem analisar a qualidade desse importante recurso pedagógico.

Outro aspecto que merece destaque está relacionado ao papel que o livro didático, ainda hoje, desempenha no universo da cultura escolar. Apesar das críticas que recebem os livros didáticos se constituem em um relevante material de pesquisa ao lado de outras fontes escritas e iconográficas, por apresentar conteúdos reveladores de representações e valores predominantes em uma sociedade num dado período histórico, contribuindo para desvendar intenções e projetos de construção e de formação da sociedade. Para FONSECA (1999:204), o livro didático e a educação formal não estão apartados do contexto político, cultural e das relações de dominação. Participam como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante do mecanismo de manutenção de determinadas visões de mundo.

No que diz respeito ao livro didático, decidimos por fazer um recorte no Ensino Médio devido aos alunos nessa etapa da escolarização já apresentarem um grau de desenvolvimento cognitivo, capaz de compreender a complexidade de relações que envolvem o tema.

Cabe salientar que o Ensino Médio, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>1</sup>, tem o objetivo de aprofundar os conteúdos abordados no Ensino Fundamental. Para tanto orienta que o professor desenvolva o seu trabalho de forma contextualizada, ou seja, agregando significação aos temas /assuntos a serem estudados pelo educando, de tal forma que possam construir conhecimentos e a autonomia intelectual (senso crítico) a partir da problematização de situações baseadas em referências concretas e diversas,

---

<sup>1</sup>BRASIL (PAÍS). Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN+ Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

rompendo com verdades absolutas ou deterministas. PONTUSCHKA afirma que:

“Faz-se necessário questionar os conteúdos geográficos que estão sendo ensinados e os métodos utilizados perguntando-se sempre se o saber transmitido está realmente a serviço do estudante”. ( PONTUSCHKA, 1999: 132).

Relevante também é a discussão que gira em torno do uso da informática como ferramenta pedagógica. É notório o interesse que esse recurso desperta nos jovens, que constantemente estão interagindo com os sistemas eletrônicos de comunicação. Essas novas fontes de informação estão cada vez mais presentes no cotidiano escolar e se constitui em uma fonte rápida de pesquisa e informação, tanto para os alunos, quanto para os professores, que devido ao exíguo tempo da sua jornada de trabalho destinado à pesquisa e preparação das aulas, encontram nesses meios uma alternativa instantânea de pesquisa.

O processo de globalização produziu espaços geográficos com suas diferentes regiões interagindo de modo dinâmico e contraditório. As inovações tecnológicas e a aceleração dos fluxos de informação fazem parte desse cotidiano. Logo, essas informações produzem uma variedade de representações simbólicas que passam a fazer parte do imaginário dos jovens.

Neste contexto, a Geografia apresenta a possibilidade de trabalhar o cotidiano do aluno, dentro de suas aulas. É a partir deste que a Geografia escolar pode contribuir para o entendimento do mundo atual e para dissolver representações distorcidas ou preconceituosas de lugares ou de grupos sociais.

Cabe salientar que a nossa dissertação insere-se na linha de pesquisa do Programa de Estudos Pós-graduados em Geografia da PUC-SP, o qual abrange pesquisas direcionadas a refletir sobre o instrumental teórico – metodológico dos saberes vinculados ao campo de conhecimento geográfico.

A pesquisa tem como finalidade estabelecer uma reflexão em torno do termo Oriente Médio, com o objetivo de compreender de que forma as várias concepções desta parte do mundo influenciaram nas representações espaciais que o termo apresenta e que estão presentes em vários sítios educativos.

Assim como, identificar os principais componentes que o caracterizam para, a partir de então estabelecer um parâmetro comparativo com o que é apresentado nos livros didáticos de geografia do Ensino Médio, selecionados pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM).

Tem-se como problemática central que o Oriente Médio apresenta uma variedade de concepções e representações, e que essa variedade representa um dos elementos complicadores no entendimento do tema por parte dos professores e alunos.

Os procedimentos metodológicos adotados consistiram na realização de levantamentos bibliográficos, consulta a sítios com conteúdo educativo, estabelecimento de comparações entre várias representações cartográficas procurando identificar diferenças e semelhanças, análise de livros didáticos de Geografia destinados ao Ensino Médio com base em critérios pré-estabelecidos.

Para o estudo do conceito de região foram importantes referenciais teóricos as obras dos seguintes autores: GOMES (2006), LENCIONI (1999), SCHAEFER (1977), LACOSTE (1988), FRÉMONT (1980), BRITTO (1986) que,

com diferentes pontos de vista, agregaram importantes contribuições a pesquisa.

Os autores que embasaram a discussão quanto à geopolítica foram: VESENTINI (2008), BECKER (2006) entre outros.

No que diz respeito ao Oriente Médio os autores que serviram de referencial teórico são: SMITH (2008), VLACH (1991), DEMANT (2004), HOBBSAWM (2006), MARTIN (2004), SILVA (2003), SAID (2007) entre outros.

Para as discussões relativas aos livros didáticos e ao ensino de Geografia foram importantes os seguintes autores: PONTUSCHKA (1996), SPOSITO (2004), FONSECA (1999), entre outros.

Cabe salientar que esta dissertação não tem a pretensão de encerrar as discussões acerca do conceito de Oriente Médio, também, não busca realizar análises detalhadas e aprofundadas dos livros didáticos, propõe-se a refletir sobre a origem do conceito de Oriente Médio e sua espacialidade e a apontar as divergências entre o que foi produzido e debatido sobre a região e o que apresenta os livros didáticos.

Procurando deixar uma contribuição para o entendimento do Oriente Médio e para o Ensino Básico, este trabalho foi estruturado da seguinte forma: O capítulo inicial, de caráter teórico-conceitual, busca por meio de uma reflexão epistemológica do conceito de região, encontrar elementos que possam auxiliar na compreensão do objeto. Tendo em vista que ele se apresenta atrelado a uma conotação regional.

O capítulo II busca compreender as circunstâncias em que a expressão é forjada, estabelecendo uma relação contextualizada entre diferentes visões de mundo, sob a perspectiva geopolítica, e a diversidade de representações

que ela promoveu. No segundo momento, buscamos apresentar outras possíveis formas de análise regional, estabelecidas a partir de aspectos culturais.

No terceiro capítulo buscamos analisar de que forma o livro didático de Geografia do Ensino Médio apresenta aos seus usuários finais, alunos e professores, as discussões e temas relacionados a essa região. Para tanto, são selecionados alguns fatores que julgamos essenciais na compreensão da realidade do Oriente Médio. Esses fatores são apresentados e discutidos com base em fatos e interpretações que apresentam comprovação histórico-científica.

Em seguida confrontamos o que se tem discutido com o que é apresentado nos livros didáticos, procurando encontrar divergências significativas que possam comprometer o entendimento do tema ou a finalidade a que se destinam os livros didáticos.

## CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE REGIÃO E SUA INFLUÊNCIA NA DELIMITAÇÃO DO ORIENTE MÉDIO

### 1.1 - A Região e o Pensamento Geográfico

Quando optamos por elaborar uma análise do conceito de Oriente Médio, tínhamos plena consciência de que essa região representa um recorte espacial produzido pela regionalização do espaço mundial. Sendo assim, cabe aqui uma reflexão acerca do conceito de região e regionalização na história do pensamento geográfico.

A Geografia não é o único campo do conhecimento que utiliza o termo região, ela aparece nas ciências matemática, na geologia, na biologia etc. Mesmo fora das ciências, no senso comum idéia de região é amplamente difundida, e relacionada fundamentalmente aos princípios de localização e o de extensão. Nas palavras de GOMES,

“Ela pode assim ser empregada como uma referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ser ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial”. (GOMES, 2006:53).

Não existe um compromisso em relação a critérios ou precisão de seus limites, limitando-se apenas a uma mera referência.

Segundo GOMES,

“A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra, etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às

regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma”. (GOMES, 2006:50).

Com base nessas afirmações, identificamos uma relação muito próxima da origem da palavra região com a função administrativa do território.

Na Geografia, o conceito de região tem uma importância fundamental, tendo em vista que em determinados momentos da história do pensamento geográfico chegou a ser o próprio objeto de estudo da Geografia.

O conceito de região, na Geografia, apresenta várias definições, por isso, para que possamos compreendê-las é essencial contextualizar o momento em que são criadas.

Na Antiguidade clássica, período em que o Império Romano apresenta uma nova realidade administrativa baseada na centralização do poder em Roma e na extensão desse domínio sobre uma área de grande diversidade cultural e natural que GOMES afirma que surge o conceito de região, nas suas palavras:

“Desta forma, os mapas que representam o Império Romano são preenchidos pela nomenclatura destas regiões que representam a extensão espacial do poder central hegemônico, onde os governadores locais dispunham de alguma autonomia, em função mesmo da diversidade de situações sociais e culturais, mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma”. (GOMES, 2006:51).

A fragmentação do Império Romano pôs fim a essa realidade, muito embora o clero tenha se apropriado desta forma de divisão e administração espacial para exercer de forma hierárquica os poderes eclesiásticos.

Na Europa a formação dos Estados modernos trouxe de volta as reflexões em torno dos conceitos de região, nação e território. A partir deste

momento a Geografia passa a enriquecer o seu debate sobre o seu campo disciplinar com a inclusão destes novos temas e conceitos.

Para LENCIONI (1999:188) “foi com Bernhard Varenius, no século XVII, que o conhecimento geográfico assumiu a distinção entre a Geografia Geral e Geografia especial, esta última com o sentido de Geografia regional”.

Vidal de La Blache não se dedicou à formulação de uma definição de região. Seus estudos marcaram o desenvolvimento da Geografia regional, pois segundo o seu ponto de vista, as pesquisas deveriam por meio da observação e descrição compreender a singularidade dos lugares. Segundo LENCIONI (1999:189) “O ponto de vista de La Blache era que a região podia ser objetivamente distinguida na paisagem e que os homens têm consciência da existência das regiões à medida que constroem identidades regionais”.

Embora em sua obra, La Blache tenha sofrido forte influência da Geologia, onde o conceito de região está associado à natureza, ele não separa o homem da natureza, uma vez que eles são percebidos como elementos de um mesmo todo.

Contribuindo com essa discussão GOMES afirma que:

“O conceito de região natural nasce, pois, desta idéia de que o ambiente tem um certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade. Surge daí o primeiro debate que tem a região como um dos epicentros, o conhecido debate entre as determinações e as influências do meio natural”. (GOMES, 2006:55).

Esse debate muito conhecido dos geógrafos devido a sua grande influência no pensamento geográfico e pela ampla bibliografia produzida conduziu a outras perspectivas que questionavam a determinação do meio sobre a sociedade. Nas palavras de GOMES (2006:56) “a região natural não

pode ser o quadro e o fundamento da Geografia, pois o ambiente não é capaz de tudo explicar”.

Do ponto de vista do possibilismo, as regiões são sínteses da ação antrópica em um determinado ambiente, e constitui uma unidade da ciência geográfica que busca por meio das indagações sobre os gêneros de vida, de La Blache, e os modos de civilização entender uma determinada região. Segundo Gomes,

“Nasce daí a noção de região geográfica, ou região-paisagem na bibliografia alemã e anglo-saxônica, unidade superior que sintetiza a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente, este deve ser o novo conceito central da geografia, o novo patamar de compreensão do objeto de investigação geográfica”. (GOMES, 2006:56).

O estudo regional de certa forma resolvia um antigo dilema da Geografia, que enfrentava a quebra da unidade de seu campo de conhecimento alicerçado na análise das relações homem e meio. Agora é LENCIONI quem comenta:

“Desse modo, o espectro da cisão da disciplina e o comprometimento de sua identidade se resolviam pelo estudo regional que tentava relacionar os fenômenos físicos e humanos de uma dada área. Por isso é que se consagraram os estudos regionais como a alternativa de manutenção da unidade da disciplina geográfica”. (LENCIONI, 1999:189).

Esse período alavancou a produção científica de cunho regional, as monografias regionais que, em sua maioria, utilizavam uma metodologia centrada na descrição e nos trabalhos de campo. Gomes descreve assim esse método:

“Neste plano se deve começar pela descrição das características físicas seguida da descrição da estrutura da população e de suas atividades econômicas. O objetivo final é encontrar para cada região uma personalidade, uma forma de ser diferente e particular”. (GOMES, 2006:56).

Kant um dos grandes expoentes do Iluminismo influenciou as reflexões de Alfred Hetter, outro defensor do estudo regional. Sua concepção baseava-se no estudo das diferenciações da superfície terrestre, pois, para ele, as regiões não estão em evidência na paisagem, como afirmava La Blache, e sim fruto de uma construção mental.

No pensamento de outro geógrafo, Richard Hartshorne, encontramos ecos da leitura de Hetter. Para Hartshorne, a Geografia deve se interessar por todos os fenômenos que tem uma dimensão espacial, e enfatizar o estudo das diferenciações regionais. Segundo GOMES (2006:59) “O método regional, ou seja, o ponto de vista da Geografia, de procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais, é a particularidade que identifica a Geografia das demais ciências“. Em seguida, afirma que:

“Para ele, a região não é uma realidade evidente, dada, a qual caberia apenas ao geógrafo descrever. A região é um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço”. (GOMES, 2006:59-60).

Embora admita que em todos os campos da ciência exista a necessidade do estabelecimento de esquemas, enfatiza que vários fenômenos estudados pela Geografia apresentam uma certa singularidade incompatível com qualquer tipo de generalização.

Nas décadas seguintes os geógrafos influenciados pelo positivismo lógico criticavam o que Schaefer denominou de excepcionalismo em Geografia, quando afirmou que: “a história e a geografia acham-se em uma posição excepcional, diferente daquela das chamadas ciências sistemáticas” (SCHAEFER, 1977:13). Argumentava que a ciência deveria buscar o rigor científico por meio da padronização de procedimentos em relação ao método e da formulação de leis gerais.

A região, que durante a Geografia clássica encontrava-se em destaque, pois mantinha a unidade fundamental da ciência geográfica, na medida em que promovia o encontro do físico e do humano, produzindo assim uma síntese dessas relações. Exerceu papel de destaque nos debates centralizando a atenção dos geógrafos, que formularam diversas críticas, dentre as mais significativas, nas palavras de GOMES (2006:62): “O argumento fundamental desta crítica é a de que em um mundo sem teorias, sem modelos, todos os fatos são únicos”. Como resposta a essas críticas o discurso geográfico se distanciou da historicidade e da idéia de processo na gênese dos fenômenos. Optou por aproximar-se da matemática e passou a utilizar modelos matemáticos nas suas explicações, buscando claramente achar uma ordem lógica na organização espacial. Percebemos claramente esse momento nas palavras de LENCIONI (1999:192) quando afirma que “na análise regional, utilizou-se da teoria geral dos sistemas tentando resolver várias questões, como a delimitação funcional da região, a definição da escala regional e a coesão do conteúdo regional”. Dessa forma regionalizar passou a ser reconhecido como uma técnica geográfica, denominada análise regional cuja finalidade era contribuir para o entendimento de um problema. Consistia em

dividir o espaço, à luz de alguns critérios pré-estabelecidos que conduzissem a uma classificação da região. Para LENCIONI (1999:192) “a região se colocou, assim, como uma classe, sendo determinada teoricamente. Nesse sentido, regionalizar passou a significar classificar regiões”.

O então estudo regional enquanto técnica abriu caminho para que o foco da Geografia fosse direcionado ao espaço. Cresceu a idéia de que o espaço é fruto das relações sociais, ou seja, é construído pela sociedade. Como as bases de sustentação do positivismo lógico na Geografia encontravam-se estabelecidas na forte influência do meio natural, o seu discurso passou a receber diversas críticas e outras correntes do pensamento geográfico se estabeleceram, dentre elas destacamos a Geografia Crítica.

A corrente marxista buscava que por meio do materialismo histórico e dialético compreender a gênese dos processos que reproduziam no espaço as desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista.

O espaço era tido como uma produção social não harmônica e cabia a geografia pesquisar os interesses dos grupos sociais que participavam no processo de produção espacial.

Em relação à região, LACOSTE considera que:

“Fruto do pensamento vidaliano, a “região geográfica”, considerada a representação espacial, senão única, ao menos fundamental, entidade resultante, pode-se dizer, da síntese harmoniosa e das heranças históricas, se tornou um poderoso conceito-obstáculo que impediu a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações”. (LACOSTE, 1988:64).

Neste aspecto LENCIONI (1999:195-196) acrescenta que “de imediato, enfrentou o problema teórico-metodológico quanto ao fato de a região não se constituir uma categoria de análise marxista”, embora a Geografia, influenciada pelo marxismo, também contribuisse para o estudo regional, ao destacar o processo de produção capitalista nas análises regionais.

Com o pensamento pós-moderno vieram as críticas à corrente marxista, pautada na utilização exagerada da análise das relações de produção nos diferentes períodos históricos. Os pós-modernistas trouxeram de volta a subjetividade, negando as concepções de totalidade e as leis homogeneizadoras do pensamento moderno, resgatando o papel da cultura na produção do espaço e enfatizando a espacialidade no entendimento da realidade. Desta forma, valorizou-se a diferença, o heterogêneo criando uma expectativa que podia ser respondida por meio da análise regional.

O distanciamento dos processos globais e a fragmentação da realidade colocavam em xeque a análise regional como forma de compreensão da realidade. Segundo LENCIONI,

“A busca por novos caminhos de análise na geografia surgiu no momento em que o lugar, o regional e o global se recompuseram diante da recente reestruturação do capitalismo. Atualmente, com o processo de globalização essa reestruturação traz à tona o questionamento da pertinência da escala de análise regional e também o esclarecimento de sua relevância como instância particular de análise que se situa entre o local e o global”. (LENCIONI, 1999:199).

O processo de globalização tem como característica o estabelecimento do processo de homogeneização do espaço, promovida pela aceleração dos fluxos em decorrência da rápida evolução dos meios técnico-científicos. Sendo

assim, os conceitos de região, território e fronteiras estariam fadados a desaparecer.

Contudo, o que se tem observado após a Guerra Fria está longe das previsões de homogeneização do espaço. Crescem em todo o mundo os movimentos nacionalistas e os discursos regionalistas que buscam reafirmar as diferenças. Para GOMES,

“A tão decantada globalização parece concretamente não ter conseguido suprimir a diversidade espacial, talvez nem a tenha diminuído. Se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial não quer dizer que haja uma homogeneidade resultante desta ação”. (GOMES, 2006:72).

Entendemos que a análise regional, tal qual, se aplicava na Geografia clássica, não tem espaço frente aos novos desafios impostos pela mundialização, porém essa nova realidade não foi capaz de suprimir a consciência da diversidade, ou mesmo padronizar o espaço geográfico a ponto de tornar obsoletos esses conceitos.

Concluimos após essa rápida explanação sobre o conceito de região, no decorrer da história do pensamento geográfico, apontaram que os critérios definidores da região sofreram várias mudanças, influenciados pelos diferentes momentos e correntes do pensamento geográfico.

## **1.2 - O Poder e a Identidade Cultural na definição do espaço regional**

A proposta da fenomenologia resgatou o humanismo na Geografia, relegado a um segundo plano pelo positivismo lógico. Apresentou uma visão de

mundo centrada no homem, onde os fenômenos só poderiam ser entendidos por meio da percepção que os homens têm das experiências vividas nas relações sociais e nas manifestações culturais presentes no espaço vivido.

Para FRÉMONT, que se destacou na contribuição desta temática. A região:

se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens.(FRÉMONT, 1980:17).

O espaço vivido, diante de toda a sua complexidade, segundo FRÉMONT (1980), é revelador de identidades regionais, essas, certamente, repletas de componentes econômicos, histórico-culturais, naturais e, além disso, psicológicos.

A noção de região passou a ser novamente valorizada. Segundo Pellegrino citado por GOMES (2006:67) “consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidade regional são alguns dos elementos que estes autores chamam a atenção para revalorizar esta dimensão regional como um espaço vivido”. LENCIONI (1999:194) completa esse pensamento ao afirmar que “a identidade dos homens com a região se tornou então um problema central na Geografia regional de inspiração fenomenológica”.

A região sob este ponto de vista era resultado da história e da cultura, desenvolvida pela subjetividade coletiva e não mais vista como uma realidade auto-evidente.

Embora a fenomenologia tenha enriquecido o conhecimento geográfico com as discussões do percebido e do vivido, não lhe faltaram críticas em

relação à fragilidade de sua metodologia e do total desprezo pela geografia física.

Outros autores trouxeram novas contribuições para os debates sobre a temática regional. Destacamos Luiz Navarro de Britto, que no seu livro: Política e espaço regional, editado em 1986, enfatiza o papel desempenhado pela política, tida até então, como uma dimensão pouco privilegiada pelas análises regionais. Com base nesta perspectiva analisa a interação entre o conjunto de forças políticas e o espaço regional.

O autor afirma que o sistema político ao estabelecer uma comunicação com o seu meio ambiente, este último, dotado de variáveis múltiplas, proporciona uma relação de influências recíprocas.

Ao comentar o conceito de região, BRITTO destaca que:

“Do ângulo político, parece-me que a idéia de região repousa na presença de um campo de força em torno de um pólo. Devem-se encontrar, num território, ligações entre os habitantes e as características comuns que explicam ou justificam, segundo Bernard Kayser, “sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia e sua integração funcional numa economia global”. ”(BRITTO, 1986:28).

Dessa forma, o autor admite que o termo região remeta a idéia de uma parte que integra um conjunto maior. Porém, rejeita a idéia de que esse conjunto seja somente o Estado, sendo possíveis outras unidades espaciais, a partir do momento em que seu território se divida em partes polarizadas.

Entende que a região é o espaço polarizado, onde alguns agentes e atividades estabelecem uma linha de comunicação e de dependência que os

direcionam para um centro de forças. Assim a polarização é definida, primordialmente por relações de poder.

A definição de regionalismo, de BRITTO (1986), aproxima-se muito da corrente Humanística da Geografia. Em suas palavras:

“Mas o regionalismo é antes de tudo um sentimento, um estado de espírito nascido da combinação de formas físicas e humanas que dão a uma comunidade, num certo quadro territorial, como que uma individualidade psicológica em relação em relação a seus vizinhos. Na medida em que tal predisposição se associa a agentes operacionais de ordem geográfica, econômica ou administrativa, perde sua condição de força não organizada, pois a região se estrutura. O regionalismo será uma força não organizada enquanto a tomada de consciência não chegar à organização dos comportamentos e das atitudes políticas.” (BRITTO, 1986:44).

Conclui afirmando que o regionalismo, enquanto manifestação de uma consciência regional, pode ser apropriado pelo discurso político, tornando-se assim uma ideologia política, capaz de agir na gênese ou na fragmentação de um Estado.

## **CAPÍTULO 2: O CONCEITO DE ORIENTE MÉDIO E SUAS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS**

### **2.1 – A origem e a evolução das representações espaciais**

O termo Oriente Médio é amplamente utilizado por diversos setores da sociedade. Sua origem vem da tradução da palavra inglesa Middle East, e está fortemente influenciada pelo eurocentrismo, pois as potências européias consideravam esta região a porta de entrada para estender seus domínios imperiais no Oriente.

Há uma grande polêmica em relação à dimensão regional do Oriente Médio. A representação cartográfica da região presente nos Atlas Geográficos, nos livros didáticos e paradidáticos, nas revistas e na mídia em geral, varia de forma significativa provocando dúvidas. Isto ocorre porque não há uma única definição de Oriente Médio aceita mundialmente.

DEMANT (2004: 15) reforça essa afirmação quando escreve que “aliás, o próprio termo Oriente Médio, usado para definir a região geográfica que é hoje o lar de cerca de 400 milhões de muçulmanos, comporta discussões”.

Outro autor que também destaca essa polêmica é SILVA (2003:47) ele admite que “A expressão Oriente Médio é evasiva, uma vez que não existe consenso sobre seu limite regional”. Esclarece, também, que a expressão Oriente Médio apresenta uma origem puramente eurocêntrica e a partir do século XX, principalmente após a segunda Guerra Mundial, passou a ser amplamente utilizada e, hoje, tornou-se um termo consagrado, apesar das críticas que lhe são atribuídas.

É na obra de Edward Said, sobre o orientalismo, que encontramos uma contundente reflexão sobre a origem do termo “Oriente”. SAID (2007:13) afirma que “nem o termo “Oriente” nem o conceito de “Ocidente” têm estabilidade ontológica; ambos são constituídos de esforço humano – parte afirmação, parte identificação do Outro.” Assim são facilmente manipulados.

Segundo SAID (2007), o orientalismo produziu representações do Oriente, definindo suas principais características e contornos, ou seja, o Oriente é uma criação do Ocidente e esconde uma relação de poder e de dominação complexa. Essas representações foram fundamentais para a construção de uma identidade ocidental capaz de legitimar suas pretensões imperialistas no Oriente.

Percebemos nas palavras de SAID essa construção:

“Em outras palavras, essa prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é o “nosso”, e um espaço não familiar além do “nosso”, que é “o deles”, é um modo de fazer distinções geográficas que pode ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra “arbitrário” neste ponto, porque a geografia imaginativa da variedade “nossa terra – terra bárbara” não requer que os bárbaros reconheçam a distinção. (...) Numa certa medida, as sociedades modernas e primitivas parecem obter a percepção de suas identidades de modo negativo”. (SAID, 2007:91).

Por ser uma construção política, ela sofre alterações diante dos vários contextos em que foi pensada. É SMITH quem afirma que:

“No uso britânico de princípios do século 20, o termo se referia à Arábia, à Mesopotâmia, ao golfo Pérsico e à Pérsia. “Oriente Próximo” (Near East) se empregava para designar os Bálcãs, a Anatólia, o Levante e o Egito, ao passo que “Extremo Oriente” (Far East) abrangia o Sudeste Asiático, a China, a Coréia e o Japão. Em algumas acepções contemporâneas, o termo “Oriente Médio” engloba até o Marrocos, bem para ocidente; inclui o Sudão, ao sul; e alcança e abarca o Paquistão e o Afeganistão, a leste. O National Geographic Atlas of the Middle East [Atlas National Geographic do Oriente Médio]

deixa de fora o Paquistão, o Afeganistão e o Sudão, junto com a maior parte do norte da África, mas incorpora Chipre e a Turquia". (SMITH, 2008:8).

Do ponto de vista da perspectiva Imperial Britânica, o continente asiático era reconhecido como "Oriente". Por representar uma vasta área, foi preciso estabelecer divisões internas para diferenciar áreas como a China e o Japão, o Extremo Oriente, e a parte dominada pelo Império Otomano, o Oriente Próximo.

A região já foi conhecida por outras denominações, segundo SILVA (2003:47) "Até o começo do século era mais usual a expressão Oriente Próximo, designação dada pelo europeu para referir-se à porção oriental do Império Otomano (...), Ásia Menor é outra expressão em desuso".

A seguir, com o auxílio dos mapas 01 e 02 podemos comparar as representações cartográficas dos termos: Oriente Médio e Oriente Próximo, no início do século XX. Percebemos que são áreas distintas, mas componentes de uma área maior que, se estendia de parte do Norte da África às Filipinas, e que foi, de certa forma, delimitada a partir das pretensões das potências imperiais européias. Evidenciando o caráter eurocêntrico dessas acepções.



Extraído de Smith, Dan. O Atlas do Oriente Médio: conflitos e soluções. São Paulo: Publifolha, 2008. p.10.

Nos livros paradidáticos, nas publicações destinadas aos estudantes e em importantes sites, com conteúdo educativo, essa variedade de representações e abrangência contribuem de forma significativa para aumentar as dúvidas, uma vez que não é esclarecido ao leitor o motivo de tamanha diversidade, bem como quais foram os critérios utilizados pelo editor para a adoção de determinada representação.

Em relação à variedade de representações encontradas percebemos que há um núcleo em comum, constituído pelos países da Península Arábica e do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Catar, Kuwait, Bahrein, Iraque e Irã), além de Jordânia, Síria, Líbano, Israel e dos territórios palestinos ocupados. Esse núcleo comum, também foi percebido por SILVA (2003:47) “(...) há uma certa unanimidade quanto ao reconhecimento do sudoeste asiático, especialmente a península Arábica, e que se estende em direção norte até a Síria, como área core da região”.

Com exceção dos países apresentados a controvérsia é ampla. O sítio do Klickeducação, mapa 04, apresenta o Oriente Médio com os países anteriormente citados, acrescentando apenas, as partes asiáticas dos territórios da Turquia e do Egito. Essa representação cartográfica da região corresponde à adotada por SILVA (2003:98).

Mapa: 04



Extraído do Site [www.klickeducacao.com.br/2006/enciclo/encicloverb/0,5977,IGP-10929,00.html](http://www.klickeducacao.com.br/2006/enciclo/encicloverb/0,5977,IGP-10929,00.html). Acesso em 05/11/2008.

Outro importante sítio, o folha.uol, mapa 05, apresenta além do núcleo comum os territórios do: Chipre, Turquia, Afeganistão e Paquistão, excluindo o Egito da região.

Mapa: 05



Extraído do site [www1.folha.uol.com.br/.../ult94u105499.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/.../ult94u105499.shtml). Acesso em 05/11/2008.

O guia do estudante, da editora Abril, apresenta uma acepção de Oriente Médio, mapa 06, divergente da anterior em relação aos territórios do Afeganistão e Paquistão que são retirados da representação e da inclusão dos territórios do Uzbequistão, Turcomenistão, Azerbaijdão, Armênia, Geórgia, Egito, Sudão e da Eritréia.

Mapa: 06

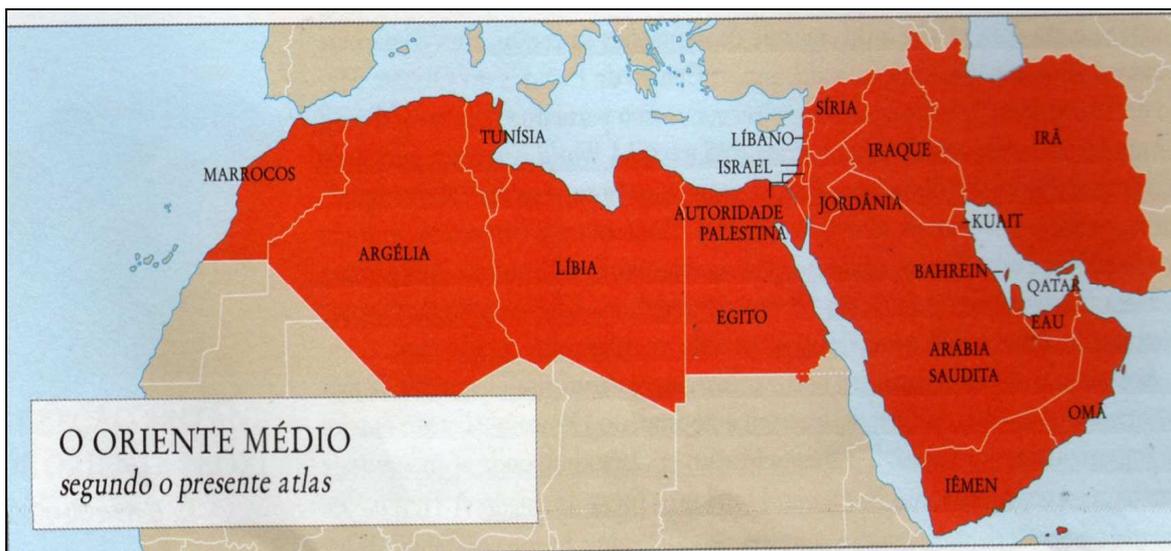


Extraído do guia do estudante atualidades vestibular 2008. ed. 06. São Paulo: Editora Abril, 2008. p.72.

Por fim, o Atlas do Oriente Médio (mapa 07), uma publicação do Publifolha, apresenta uma das mais extensas definições, que acrescenta ao núcleo comum os territórios do: Egito, Líbia, Argélia, Tunísia, Marrocos. Também traz uma polêmica ao excluir a Turquia da região.

Cabe salientar, que das fontes pesquisadas foi à única que justificou a escolha da representação adotada e preocupou-se em esclarecer ao leitor a existência de outras possíveis representações para a região do Oriente Médio.

Mapa: 07



Extraído de Smith, Dan. O Atlas do Oriente Médio: conflitos e soluções. São Paulo: Publifolha, 2008. p.10.

Selecionamos apenas algumas das possíveis representações cartográficas da região, divulgadas em periódicos, sites e livros paradidáticos, de fácil acesso aos professores e educandos. Julgamos não se fazer necessário expor todas as figuras encontradas nesta pesquisa, pois o nosso objetivo foi o de realçar a discussão acerca deste tema.

## 2.2 – A influência da Geopolítica no conceito de Oriente Médio

Em 1905, um jurista sueco Rudolf Kjellén utiliza a expressão geopolítica em um artigo intitulado “As grandes potências”. Em 1916, lança o livro “O Estado como forma de vida, que segundo VESENTINI (2008:15) “sua preocupação fundamental nessas obras era com o poderio mundial e ele definiu a geopolítica como a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico”. A fonte inspiradora de Kjellén encontra-se na Geografia Política do

Alemão Friedrich Ratzel que, para BECKER (2006:277) “(...) teorizando geograficamente o Estado (1897), constitui uma fonte crucial para a análise das relações entre o Estado e o poder, e para a própria criação da Geopolítica (...)”

A geopolítica tem se definido, desde então, pelas relações de poder que ocorrem no espaço mundial. Essas relações de força, inicialmente entendida apenas como militar, foram ampliadas para o campo econômico, político e social.

Ao longo da história, a geopolítica criou diversas visões de mundo, da qual se dedicou a compreendê-las e também a redefini-las. Nesse esforço, a escala global de análise passou a ser amplamente adotada, mas, não exclusivamente. Diferentes representações cartográficas foram produzidas para representar esses pensamentos e algumas delas permanecem, até os dias de hoje, influenciando a representação cartográfica de diversas partes do mundo.

O período das grandes navegações ilustra bem esse período, o mundo e a percepção que se tinha dele foram alterados. Os aspectos físicos passaram a ser dotados de significativa relação de poder, nesse momento, a facilidade de acesso ao mar e o posicionamento geográfico eram valorizados e tidos como fundamentais. Para BECKER (2006:276) “valorizam-se, nesse contexto, os fatores físicos como determinantes do poder, na medida em que graças à navegação e à cartografia, forneceram aos Estados meios para a conquista de espaços”.

Com a afirmação do Estado moderno na Europa e as transformações ocorridas após a revolução industrial, o interesse e a importância das colônias da África e Ásia ganham nova dimensão e despertam o caráter expansionista

do imperialismo europeu. SILVA (2003:44) ressalta que as ambições e incursões imperialistas franco-britânicas na eurásia já ocorriam, antes mesmo, da institucionalização da Geografia enquanto ciência sistematizada. Porém aceita que “(...) a brotação teórica da Geografia tenha sido dinamizada pela ação imperialista, forçando os emergentes geógrafos a refletir sobre o espaço político do uso do território”.

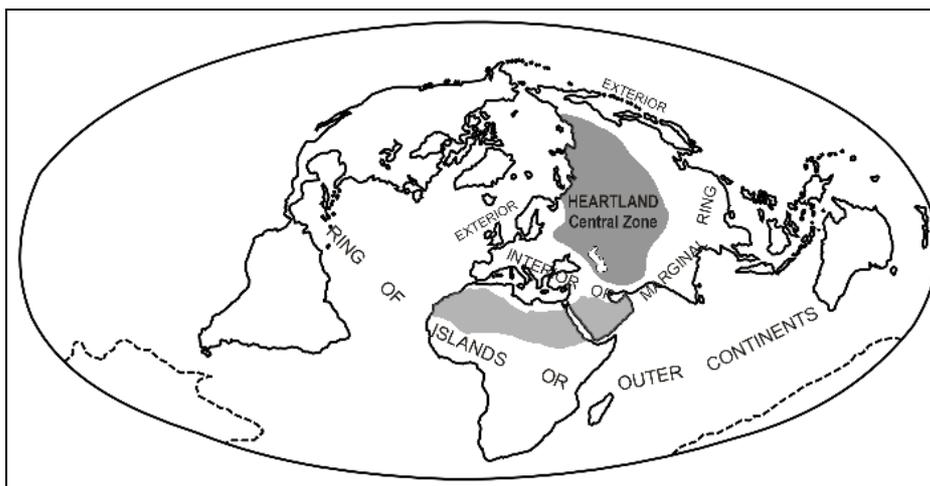
O período que compreendeu o final do século XIX até o final da segunda Guerra Mundial, foi marcado por severas disputas territoriais, protagonizadas pelas potências mundiais, que competiam, principalmente, pelos mercados e recursos naturais da Ásia e África.

A geopolítica clássica se desenvolveu nesse cenário mundial, motivo pelo qual as suas formulações, segundo VESENTINI (2008:16) “(...) terem sido em geral explicações a respeito da importância estratégica de determinados territórios, da necessidade de expansão territorial – ou controle de espaços – (rotas marítimas ou áreas geoestratégicas) - (...)”, de modo a garantir um Estado forte e hegemônico. Destacaremos a seguir algumas dessas explicações.

O geógrafo inglês Halford J. Mackinder, um dos grandes nomes da geopolítica clássica, acreditando na importância do poder terrestre, desenvolveu em suas formulações alguns conceitos como: Pivot área (área base), heartland (terra coração), world island (ilha mundial), entre outros. Mackinder formulou a sua teoria geoestratégica considerando fatores políticos e geográficos. Para ele, haveria uma área, a heartland (mapa 08), que corresponderia atualmente ao leste europeu, e o seu domínio representaria o controle da pivot área e por consequência o domínio da world island e da

supremacia mundial. Para VESENTINI (2008:18) “Mackinder criou conceitos que foram reproduzidos por praticamente todos os demais geopolíticos e se tornaram clássicos (...)”.

Mapa: 08



Extraído do site:

<http://www.deepspace4.com/pages/answers/swarming/images/mackindersworld.gif> acessado em 22/08/09

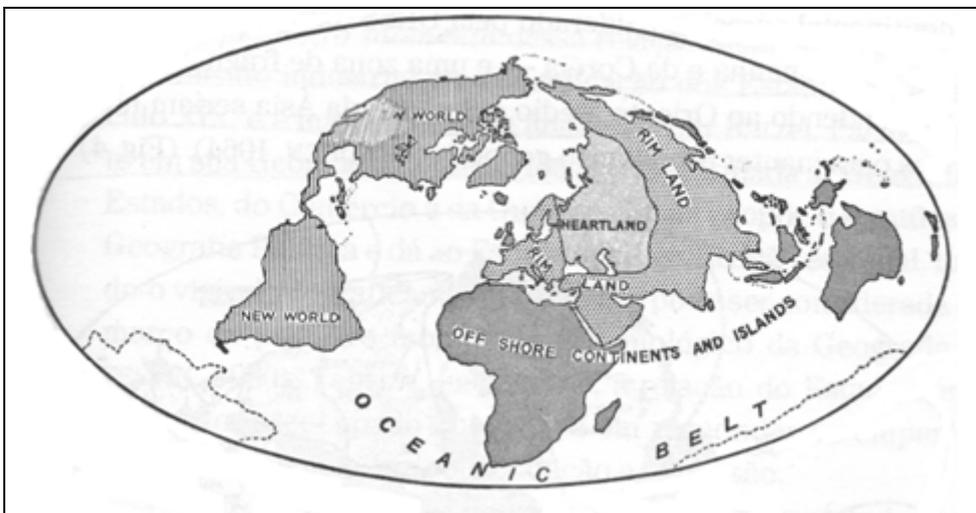
Assim como Mackinder estava a serviço dos interesses do império britânico, as formulações de Nicolas Spykman, após a II Guerra Mundial estavam direcionadas ao imperialismo americano. Spykman, influenciado pelo poder marítimo de Mahan<sup>2</sup> e também por Mackinder, estabelece uma nova área estratégica para o poder, a qual passou a denominar Rimland (mapa 09). O controle dessa área seria a chave para o controle do mundo.

As duas teorias geoestratégicas criaram representações cartográficas, conforme podemos observar no mapa 08, que apresenta o “mundo de Mackinder” e no mapa 09 que nos trás o “mundo de Spykman”. Essas representações, além de expressar o seu pensamento em um determinado

<sup>2</sup> Alfred T. Mahan foi almirante da marinha norte-americana. É apontado como um dos grandes clássicos da geopolítica após a publicação ,em 1890, da obra “A influência do poder marinho sobre a história”.

contexto, utilizam algumas expressões que são usadas para classificar as áreas do globo terrestre.

Mapa: 09



Extraído de: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (organizadores). Geografia: conceitos e temas. 9. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.p.281

Essa breve reconstrução histórica da origem da geopolítica, não tem a pretensão de esgotar ou mesmo aprofundar essas discussões. Apenas demonstrar a influência da política e dos interesses externos na criação de termos, expressões ou conceitos sobre um determinado lugar ou região. Eles correspondem ao momento histórico e o contexto em que são pensados, refletindo visões de mundo distintas.

Acreditamos que a expressão Oriente Médio e sua correspondência territorial foi estabelecida a partir das pretensões de dominação do imperialismo europeu, ou seja, os aspectos e fatores externos interferiram, decisivamente, na regionalização e na abrangência territorial.

Vários autores destacam o caráter político do termo Oriente Médio, e tem apontado os interesses políticos e estratégicos das grandes

potências, como o elemento aglutinador, formador da região. Ou seja, os fatores externos vêm definindo o que vem ser a região Oriente Médio ao longo da história. Para SMITH (2008:8) pelo fato do conceito de Oriente Médio ser político “ao definir-se o Oriente Médio, estabelecem-se juízos sobre as questões fundamentais que o absorvem e os fatores fundamentais que lhe dão forma”.

Em relação à Região do Oriente Médio, após vários estudos e à luz de Fisher, Mackinder, e outros. SILVA (2003:59), admite que: “Cremos, portanto, ser o critério geopolítico a pedra angular para lastrear uma regionalização, porém não de forma isolada na designação regional”. Ainda destaca como importantes elementos para a regionalização da região, a religião Islâmica e a distribuição étnico- cultural, o cenário natural, que se considere, também a disposição oceânica, o petróleo e o aspecto histórico de formação da região, com especial destaque para o território. Ressalta que: “Todos estes elementos influenciaram no que entendemos como Oriente Médio, e cremos que todos eles interagem harmonicamente, formando um todo na designação de uma região, (...)”. SILVA (2003:59).

O termo Oriente Médio passou a ser amplamente divulgado, após a segunda Guerra Mundial, que se considere o papel desempenhado pelo imperialismo Franco- Britânico e posteriormente Norte americano. É a partir dos conflitos que se desencadearam na região com o novo cenário geopolítico da Guerra Fria, com a criação do Estado de Israel, a crescente importância econômica e estratégica do petróleo no século XX e com a Revolução Islâmica no Irã, que a região foi colocada no centro das discussões, facilitando a

propagação da expressão nos diversos meios e, principalmente, nos meios de comunicação atingindo, então, o cidadão comum.

### **2.3 – Identidade Cultural e Regionalização: Outras possibilidades**

Há outras formas de regionalização, que abarcam a região em escalas distintas, destacaremos inicialmente as que estariam próximas da corrente Humanística da Geografia, que valoriza os conceitos ligados à cultura, entendendo que os homens criam sentimentos de pertencimento a uma determinada região. Desta forma os aspectos e fatores externos não interferem, decisivamente, na regionalização e na análise regional.

O Mundo Muçulmano é estabelecido a partir de único, mas decisivo fator: a religião, mais especificamente o Islã. Com cerca de 1,3 bilhão de adeptos e compreendendo uma vasta área que se estende da África Ocidental, incluindo a maior parte do Oriente Médio e da Ásia Central, chegando até a Indonésia. É uma forma de regionalização que desperta polêmicas e críticas contundentes quanto à validade desta escala de análise para o entendimento do mundo atual.

Na própria obra de DEMANT (2004) encontramos elementos capazes de colocar em xeque a validade dessa escala de regionalização. O autor nos esclarece que “Muito embora a própria religião seja para eles experienciada e praticada das mais diversas maneiras. Há contrastes não apenas nas formas visíveis, rituais e sociais, mas até no núcleo das crenças e na maneira de aplicá-las à sociedade.” DEMANT (2004:14), em outros momentos o autor afirma que: “Na verdade, o mundo muçulmano se divide em quatro grandes

blocos, geográfica e culturalmente distintos. Além do Oriente Médio, ou seja, do bloco médio-oriental, há ainda o indiano, o malaio e o africano.” DEMANT (2004:15).

Ao comentar o conceito de Mundo Muçulmano, SILVA (2003:57) foi categórico ao afirmar que essa proposta “não serve como parâmetro regional”. Todavia, essa proposta passa a receber um viés Geopolítico, em 1993, quando o estrategista e professor de Relações Internacionais, Samuel P. Huntington retomou as idéias do “Choque de Civilizações”, em um ensaio do mesmo título publicado na revista *Foreign Affairs*.

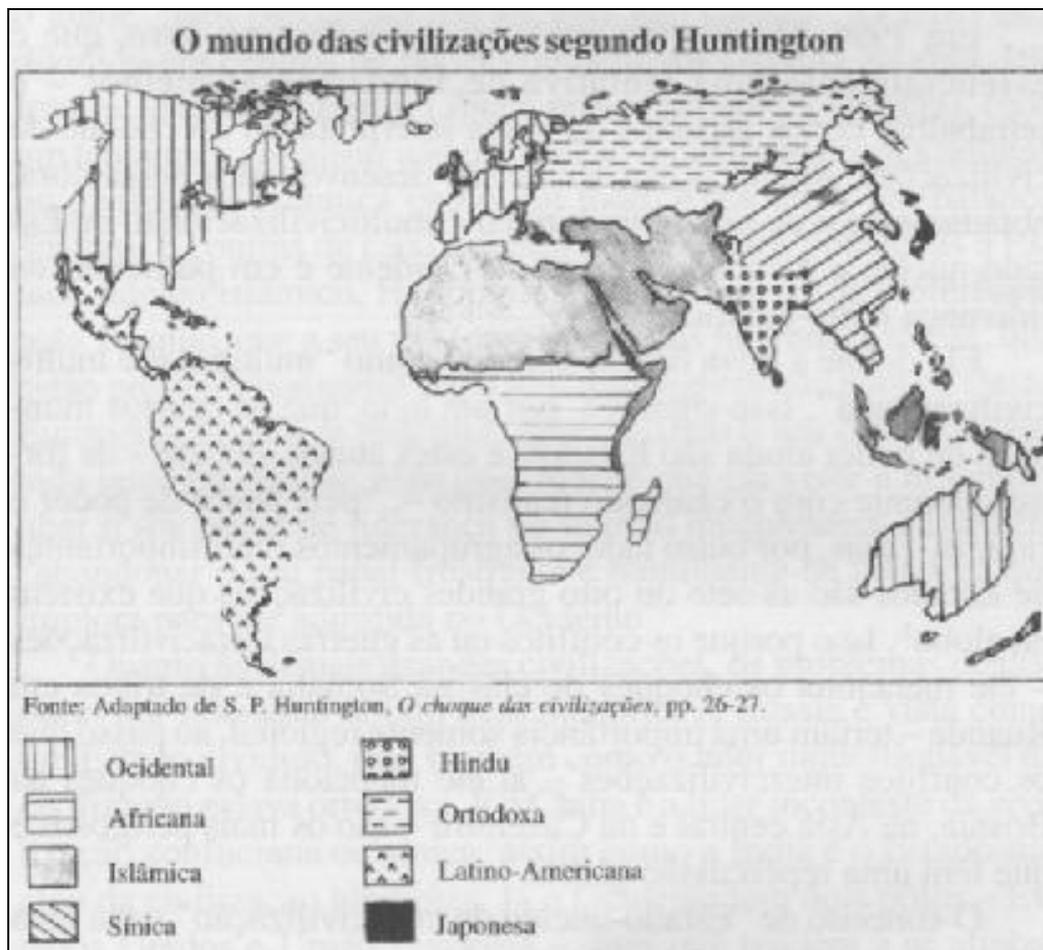
Huntington em seu esforço para compreender o mundo, no período pós-Guerra Fria, marcado por incertezas da nova ordem mundial que se instalava, propôs, o paradigma civilizacional. Onde as diversas identidades culturais, em função do sentimento de pertencimento em relação à Civilização, passariam a se agrupar, inclusive, os Estados. Os conflitos não seriam mais ideológicos ou econômicos, mas motivados por diferenças culturais.

Para Huntington os conflitos ocorreriam, com maior intensidade, no que ele classificou de “linhas de cisão entre as civilizações”. As principais batalhas deveriam ocorrer entre as Civilizações Ocidentais e Islâmicas. Vejamos, no mapa 10, a regionalização geopolítica<sup>3</sup> proposta por Huntington.

---

<sup>33</sup> O conceito de Geopolítica adotado nesta pesquisa, é entendido como uma variável da Geografia Política.

Mapa: 10



Extraído de Vesentini, José William. *Novas geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2008.p.55

Observamos que o autor divide o mundo em nove civilizações, sendo que, a que foi classificada como Islâmica na verdade corresponde ao Mundo Muçumano.

Em 1996, Huntington promove uma ampliação das suas propostas e publica o livro “Choque das Civilizações: e a recomposição da ordem mundial”, onde lança o conceito de “Estado – Núcleo de uma civilização”. Argumenta que cada bloco civilizacional deveria ter um Estado- Núcleo, uma nova forma de

poder que exercesse um papel de liderança dentro do bloco, interferindo no sentido de mediar os conflitos dentro e fora dos blocos.

O bloco Islâmico é apontado pelo autor como o que apresenta o maior grau de dificuldade para definir o seu Estado- Núcleo. Do seu ponto de vista, a disputa ocorreria entre: Arábia Saudita, o Irã, o Iraque, o Paquistão, o Egito, a Líbia e a Turquia.

Por fim, defende que cada civilização principal mantivesse ao menos um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, fato que não ocorre na realidade, visto que, atualmente, apenas três das civilizações propostas por Huntington possuem tais representações como membros permanentes do Conselho.

A proposta de Huntington para o entendimento da realidade geopolítica mundial sofreu várias críticas, que se fundamentavam principalmente na visão reducionistas frente às reais causas dos conflitos mundiais, na desconsideração da influência da evolução dos meios técnico-científicos e da globalização nas diferentes culturas, além de favorecer uma imagem deturpada do Islã, associando-o ao fundamentalismo religioso. As mais duras críticas a esse modelo são encontradas nas palavras de SAID :

“Desejo concluir insistindo neste ponto: os terríveis conflitos reducionistas que agrupam as pessoas sob rubricas falsamente unificadoras como “América”, “Ocidente” ou “Islã”, inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros, não podem continuar tendo a força que têm e devem ser combatidos; sua eficácia assassina precisa ser radicalmente reduzida tanto em eficácia como em poder mobilizador.” (SAID, 2007:25).

Alguns atores defendem a validade desta forma de critério regional, baseado na cultura e na divisão civilizacional. Dentre eles, destacamos o comentário de Demant em relação às críticas elaboradas por Said, Segundo DEMANT:

“Edward Said tem sem dúvida razão quando desmascara a polarização Ocidente- Oriente como uma construção ideológica e interesseira; mas isto não implica que algo como civilizações diferentes não exista. Ao contrário de Estados territoriais, civilizações não têm fronteiras claras, mas elas se justapõem e se influenciam reciprocamente.” (DEMANT, 2004:345).

A professora Bertha K. Becker, em um capítulo intitulado: “A geopolítica na virada do Milênio: Logística e desenvolvimento sustentável”, expressa a sua opinião sobre o assunto, afirmando que: “Em que pesem as críticas ao paradigma de Huntington, é lícito o reconhecimento da lógica cultural, em termos de valores civilizacionais, como um poder de resistência à lógica instrumental.” BECKER in CASTRO (2006:305).

Outro recorte espacial que inclui a maior parte do Oriente Médio é o Mundo Árabe. Neste caso, o elemento definidor é o étnico-cultural, que no período da expansão Islâmica difundiu o Islã e a cultura árabe pelos territórios do Norte da África, da Península Arábica, da Pérsia, entre outros (mapa 16). Criando laços lingüísticos, históricos, religiosos e culturais que justificariam a constituição de um “Mundo Árabe”.

Deste conjunto fazem parte os Estados que atualmente são membros da Liga de Estados Árabes, representados no mapa 11: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Ilhas Comores, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina

(ANP), Somália, Síria, Sudão e Tunísia. A área correspondente ao Saara Ocidental encontra-se em litígio.

Mapa: 11



Extraído do Site: [http://sudanmissions.com/Map\\_Arab%20World%20-edit.JPG](http://sudanmissions.com/Map_Arab%20World%20-edit.JPG) acessado em 24/07/09

Percebemos que este conjunto regional, apresenta um discurso de unidade baseado na identidade cultural, segundo SMITH (2008:34) “O nacionalismo pan-árabe é uma filosofia política cuja premissa é cultural.”

BRITTO (1986), no capítulo anterior já havia refletido sobre a apropriação do regionalismo, enquanto sentimento de pertencimento, pela política. A formação de uma unidade regional a partir do regionalismo está destacada nas suas palavras:

“É a similitude de seus problemas, necessidades, modo de vida, a afinidade de suas aspirações e lembranças numa base territorial comum que os impele inconscientemente a manifestações políticas sincronizadas. (...) Uma desejada articulação de

comportamentos se esboça, e vemo-nos então tentados a declarar que uma unidade regional se está organizando.” BRITTO (1986:44).

SILVA (2003:48), apoiado nas pesquisas realizadas por Zidane Zéraoui, em 1981, a respeito do Mundo Árabe, destaca que “durante a expansão islâmica, geógrafos árabes criaram duas designações para dividir o vasto mundo conquistado: Magreb e Mashraq”. A primeira expressão corresponde à área do norte da África, mais precisamente o Marrocos, Tunísia e Argélia, e por vezes Mauritânia e Líbia completam a lista de Estados. O Mashraq corresponderia ao Egito e a península Arábica. Para SILVA (2003:48) “(...) expressões plenamente satisfatórias para a identificação regional(...)”.

O Mundo Árabe se apresenta como uma importante forma de regionalização do espaço mundial, apesar da histórica falta de integração política. Para o entendimento do Oriente Médio, objetivo principal dessa dissertação, esse conjunto regional sente a ausência de importantes Estados não árabes, como a Turquia, o Irã, Israel, e o Curdistão, apesar deste último não se constituir um Estado.

## **CAPÍTULO 3 - ALGUMAS ABORDAGENS DO ORIENTE MÉDIO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO**

### **3.1 – Definindo os critérios de análise**

Neste capítulo passaremos a analisar os livros didáticos de Geografia avaliados e aprovados no Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) 2007, que deveriam ser escolhidos no ano de 2008 para serem utilizados em 2009 por professores e alunos da rede pública de ensino. A análise se restringirá ao tema Oriente Médio, objetivando analisar como a região é apresentada pelos autores e como seus temas afins são discutidos.

Acreditamos que a região deve ser entendida como um todo. Discutir fatos isolados, sem contextualização, pouco ou nada contribui para compreender questões tão complexas quanto as que encontramos na região do Oriente Médio.

A região apresenta uma longa história e que segundo SMITH (2008: 8) “tem sido moldada pela interação de seis fatores cruciais; O Islã, o Império Otomano, o Colonialismo europeu, a fundação do Estado de Israel, o Petróleo e a influência Norte-americana”.

É DEMANT (2004:16) que reforça a importância desses fatores ao afirmar que: “a justaposição de tantos fatores – religiosos, estratégicos e econômicos – explica por que o Oriente Médio capta tanta atenção de políticos, jornalistas e da opinião pública internacional”. Com base nesses fatores organizamos uma seqüência de análise para a região, na qual procuramos contemplar os principais aspectos destacados pelos autores acima citados.

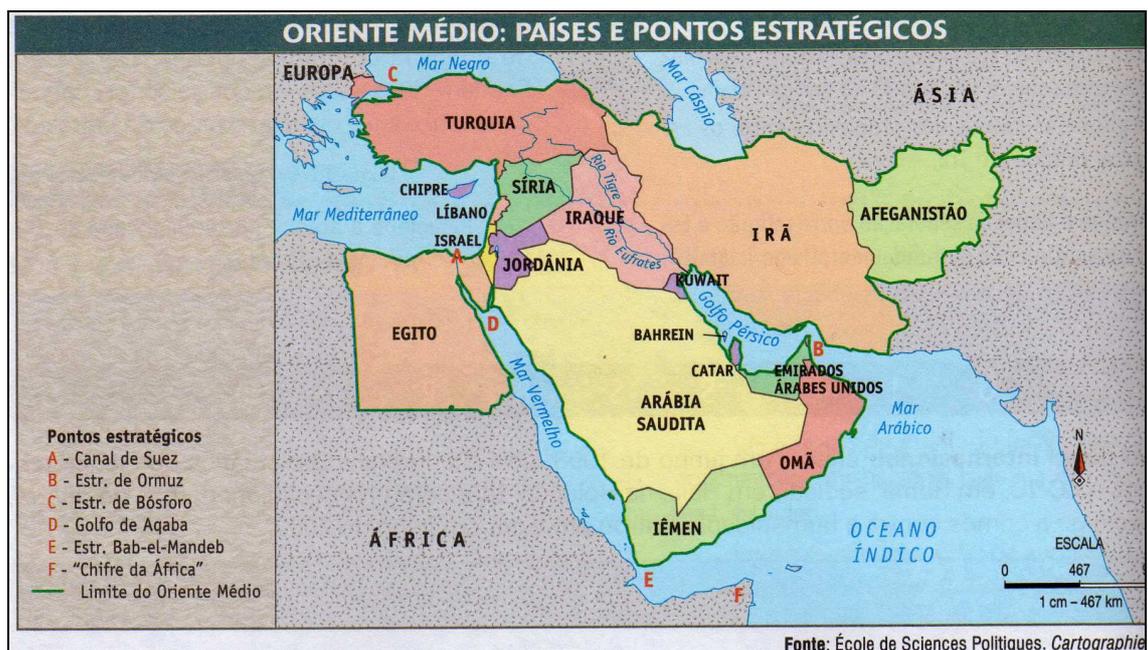
Iniciaremos pelas representações cartográficas do Oriente Médio, já apresentadas e debatidas no capítulo anterior.

### **3.2 - Representações cartográficas do Oriente Médio**

Em relação aos livros didáticos de Geografia para o Ensino Médio, destacamos que dos treze exemplares selecionados pelo PNLEM/2007, objeto de análise desta pesquisa, somente três autores apresentaram, de forma direta, a representação cartográfica da Região. São eles:

- ALMEIDA e RIGOLIN: No capítulo 18 - Oriente Médio: território e territorialidade - p. 174, os autores trazem uma representação cartográfica da região que apresenta (mapa: 12); o núcleo comum acrescido dos territórios do Afeganistão, do Egito, do Chipre e da Turquia.

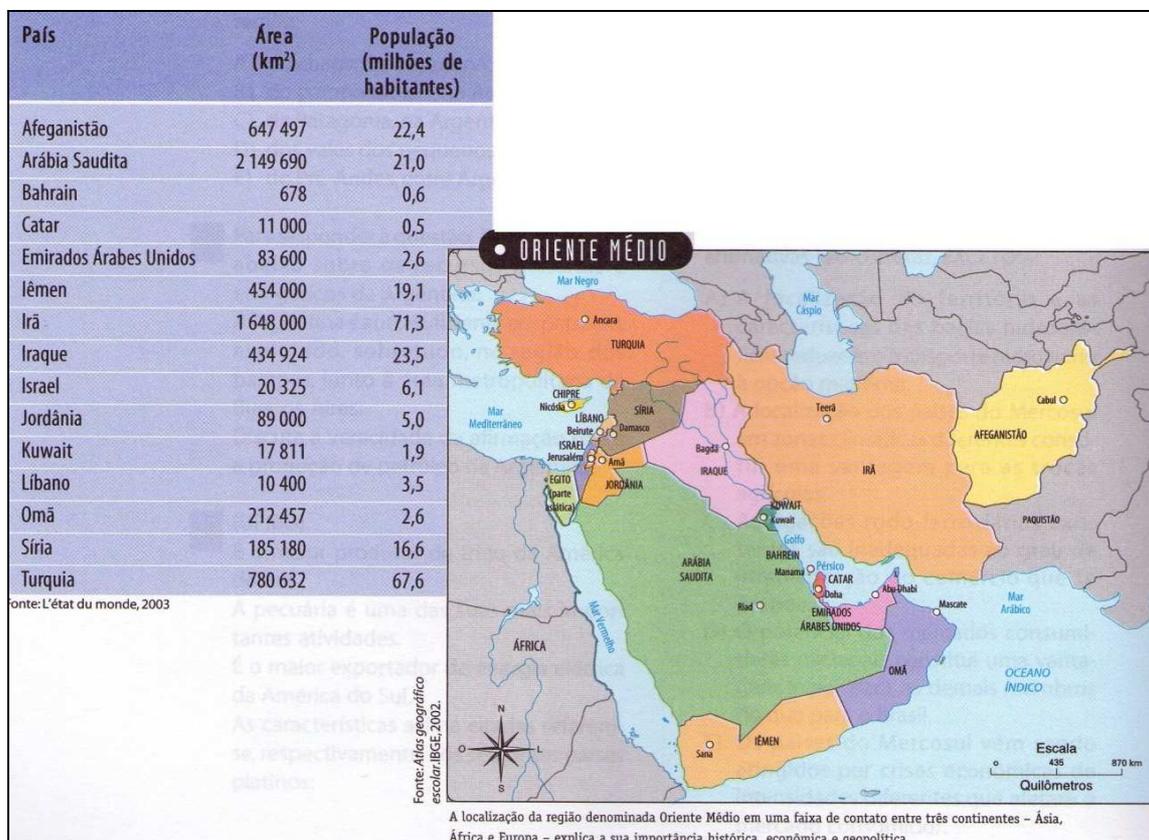
Mapa: 12



- SILVA: No capítulo 20 – Ásia: Oriente Médio – p. 304, (Mapa: 13), o mapa apresenta os Estados que formam o núcleo comum, além dos territórios do Afeganistão, Turquia, Chipre e a parte asiática do Egito. Neste caso específico, ocorre um grave erro de divergência entre a informação contida no mapa e o texto que acompanha o capítulo. O autor descreve a região do Oriente Médio da seguinte forma: “Essa área corresponde a um território que ultrapassa 6,8 milhões de quilômetros quadrados e está subdividida em 15 países, onde vivem mais de 260 milhões de habitantes (Ver tabela)”. A tabela encontra-se ao lado do mapa, onde podemos encontrar os quinze países citados no texto, suas áreas e população, a fonte da tabela é: L'état du monde, 2003. O mapa indica como fonte o: Atlas geográfico escolar. IBGE, 2003, que apresenta 17 países. A divergência entre o mapa e a tabela citada no texto corresponde ao Chipre e ao Egito. Esta divergência, muito provavelmente ocorreu em virtude de o autor utilizar fontes diferentes para compor o seu texto

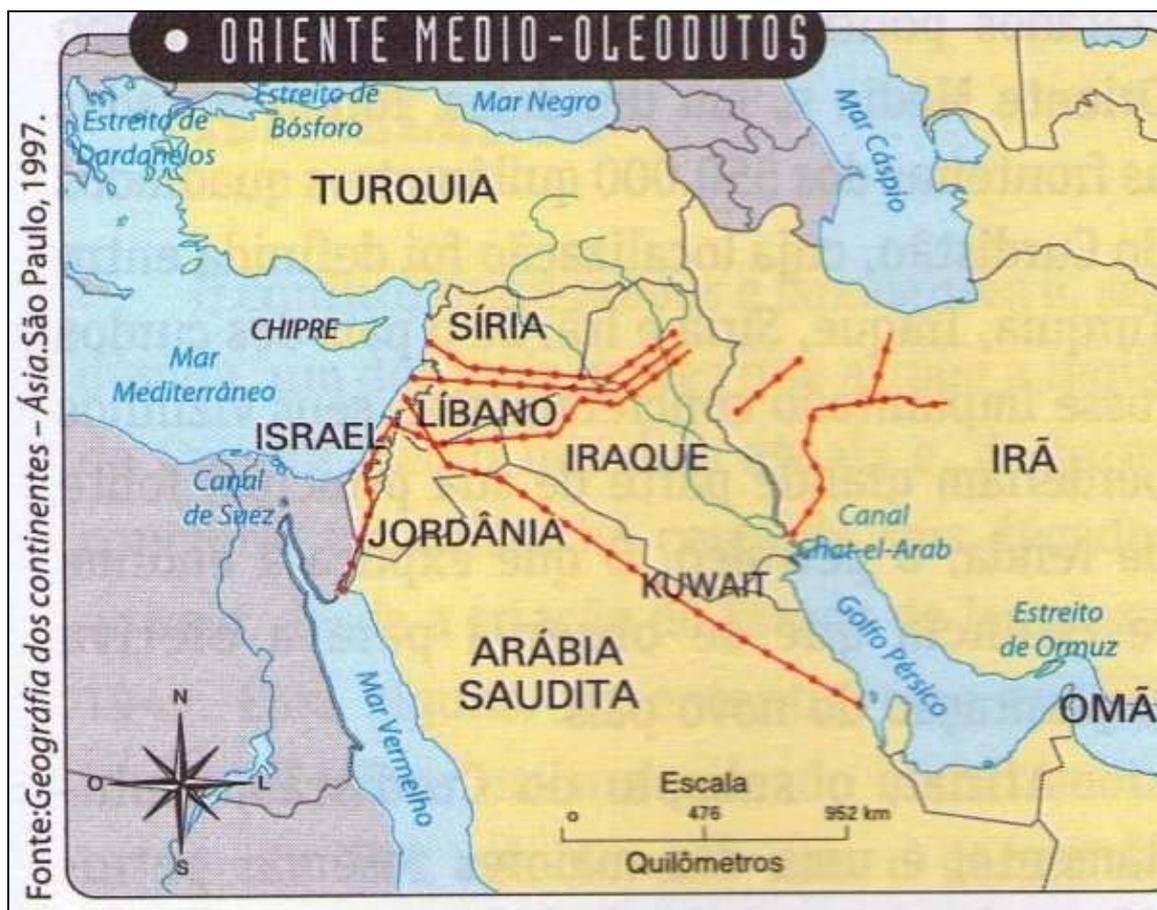
e para representar cartograficamente a região, negligenciando a diversidade de representações do Oriente Médio apresentada neste capítulo.

Mapa: 13



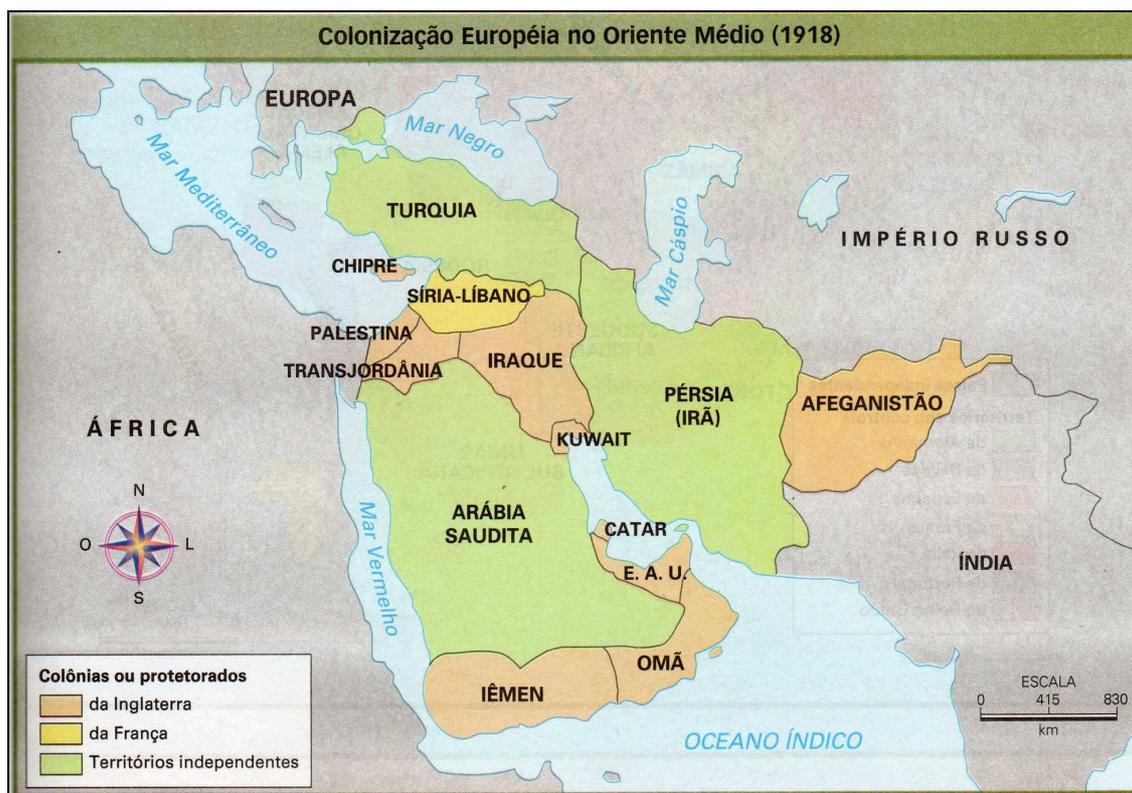
Na figura abaixo (Mapa: 14), o autor incide no mesmo erro ao apresentar o mapa: Oriente Médio – Oleodutos, p. 309, extraído de uma terceira fonte (Geografia dos continentes Ásia. São Paulo, 1997.). Notamos que a parte asiática do território do Egito é excluída e que partes de outros territórios são acrescentadas à região, são elas: Turcomenistão, Uzbequistão e Cazaquistão.

Mapa: 14



- VESENTINI: No capítulo 6 – Contrastes nos países do Sul – p. 65. (Mapa: 15). Apresenta o núcleo comum de países, acrescido apenas dos territórios do Afeganistão, Chipre e Turquia.

Mapa: 15



Não temos a intenção de selecionar a “melhor” representação, pois temos claro que o conceito de região, conforme explanado no capítulo anterior, sofreu diversas alterações no decorrer da história do pensamento geográfico e sua delimitação carrega consigo uma grande dose de ideologia, podendo assim ser facilmente manipulado.

Ressaltamos que, essas controvérsias são reproduzidas no cotidiano escolar gerando dúvidas nos educandos e insegurança na maioria dos professores, que devido as suas péssimas condições de trabalho, má formação e jornada excessiva de trabalho não têm condições adequadas de realizar uma pesquisa de qualidade sobre alguns temas abordados em suas aulas, ou mesmo esclarecer a contento as dúvidas trazidas pelos alunos. SPÓSITO apresenta assim essa realidade:

“Mal formados intelectualmente e com a remuneração em declínio, os professores encontram-se reféns dos currículos e instrumentos didáticos, como os livros didáticos que lhes são apresentados [...] em parte, porque a ampliação da jornada de trabalho e do número de escolas em que realizam seu trabalho tornam exíguo seu tempo livre para a formação continuada e preparação de seu material de trabalho”. (SPÓSITO, 2004:309).

Cabe sim aos autores dos livros didáticos esclarecerem aos seus leitores o porquê da diversidade de definições e quais foram os seus critérios na escolha da sua representação do Oriente Médio. Afinal, essa região influencia a vida de pessoas em todo o mundo, ocupa constantemente os noticiários da mídia internacional, devido à importância que o petróleo exerce nas sociedades contemporâneas, aos constantes conflitos e à geopolítica das grandes potências mundiais na região. Soma-se, ainda, a importância que a religião desempenha nas sociedades e muitas vezes na própria política dos Estados, pois ali se encontram as origens das três maiores religiões monoteístas do mundo, abrigando importantes lugares sagrados, como as cidades de Meca e Jerusalém. Por conta de tal diversidade, recorreremos à história, destacando o período dos impérios até o fim da Guerra Fria. Daremos ênfase à fundação do Estado de Israel e comentaremos alguns conflitos relevantes, bem como, a influência do petróleo e principalmente do Islã, com vistas a realizar uma análise contextualizada da região.

### **3.3 - Configuração espacial: Contexto Histórico/Cultural**

O Islã surge na península Árabe, no século VII d.C., e juntamente com o cristianismo e o judaísmo compõem as três grandes religiões monoteístas. Entre os vários pontos em comum está o lugar de origem das três grandes religiões do mundo, o Oriente Médio.

Como grandes impérios imprimiram marcas na paisagem da região e estão presentes na história da formação do Oriente Médio, o seu estudo permite compreender o atual mosaico territorial e social.

O império Bizantino formou-se entre os mares Egeu e Negro onde existia a antiga colônia grega de Bizâncio, local privilegiado e estratégico devido à proximidade entre, o que o orientalismo<sup>4</sup> convencionou, Oriente e Ocidente. A influência cultural dos gregos foi marcante no império Bizantino, sendo no século VII, o grego reconhecido como língua oficial. Surgiu da divisão do poderoso império Romano, na década de 330 d.C., sendo conhecido como Império Romano do Oriente. Estabeleceu à cidade de Constantinopla, atualmente Istambul, como a capital desse império.

O cristianismo instituiu-se como a religião oficial mantendo forte influência na política, suas doutrinas eram aceitas na Anatólia e nos Bálcãs, regiões centrais do então império. O Imperador bizantino era considerado como representante de Deus, detentor de grande poder dirigia a Igreja e o exército, essa característica foi marcante durante o império.

---

<sup>4</sup> Segundo Edward Said “Orientalismo, um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental européia” (SAID, 2007:27).

As constantes agitações populares provocadas por Monofisistas<sup>5</sup> e Iconoclastas<sup>6</sup> contrários à religião oficial levaram o império a adotar políticas intervencionistas nos assuntos eclesiásticos, conhecida como cesaropapismo<sup>7</sup>.

As doutrinas religiosas do cristianismo ocidental, orientadas pelo papa, e o cristianismo do oriente culminaram, no século XI, com o Cisma do Oriente, período em que Constantinopla determina a autonomia da igreja bizantina, Ortodoxa, em relação à igreja Católica Apostólica Romana, dividindo assim a cristandade.

Na periferia do império, os monofisistas de origem étnica próxima dos árabes e contrários às doutrinas oficiais sofreram perseguições imperiais e entraram em contato com o Islã trazido do deserto árabe para o Crescente Fértil.

Constantinopla controlava um importante eixo comercial de caravanas, conhecido como rota da seda, que transportavam produtos da China com destino aos mercados do Mediterrâneo, utilizando a Pérsia como caminho, porém os constantes conflitos atrapalhavam o comércio e obrigavam o estabelecimento de novas rotas comerciais alternativas. Essas novas rotas traçavam a ligação entre a Pérsia e o mar Vermelho e acabou por beneficiar áreas isoladas na Arábia, em especial a cidade de Meca.

A origem do Islã ocorreu no começo do século VII, a península Arábica, região constituída por desertos e com a predominância do clima quente e seco.

---

<sup>5</sup> Segundo Demant (2004, p.394) Trata-se de uma tendência cristã, majoritária no Oriente Médio, acreditando que Jesus Cristo tem uma única natureza, a divina, (monos physis).

<sup>6</sup> No âmbito do Cristianismo é uma doutrina contrária ao culto de imagens, por seguir literalmente os dez mandamentos.

<sup>7</sup> Subordinação da Igreja ao poder Imperial, o imperador passa a ser o líder da igreja e assim, confrontar o poder papal.

A região era habitada por povos de diferentes origens, organizados em tribos sem uma unidade política.

O profeta Muhammad<sup>8</sup> (570 – 632 d.c), traduzido para o português como Maomé, nasceu em Meca, devido a sua atividade comercial que exigia constantes viagens de negócios passou a ter contato e sofrer influência de grupos cristãos e judaicos, religiões monoteístas.

Em 610, Muhammad teria começado a receber visões do anjo Gabriel que lhe revelou a palavra de Deus. Passou a exercer o papel de profeta e a difundir uma religião monoteísta, o Islã que significa submissão.

A elite comercial de Meca viu na nova religião uma ameaça para seus negócios, pois a peregrinação para o templo religioso, a Caaba<sup>9</sup>, que reunia várias imagens dos principais deuses cultuados pelas diferentes tribos árabes, constituía em importante fonte de riqueza do clã dominante de Meca, os Coraixitas. Muhammad pregava a destruição dessas imagens e em represália foi obrigado a fugir com seus seguidores, essa fuga é conhecida como hégira e marca o início do calendário muçulmano.

Em Yatreb, posteriormente chamada de Medina, o profeta recebeu o apoio dos comerciantes e beduínos, então com apoio financeiro e militar organizou uma força combatente que após várias batalhas, em 630 conquista Meca, unificando a política e a religião da península Arábica.

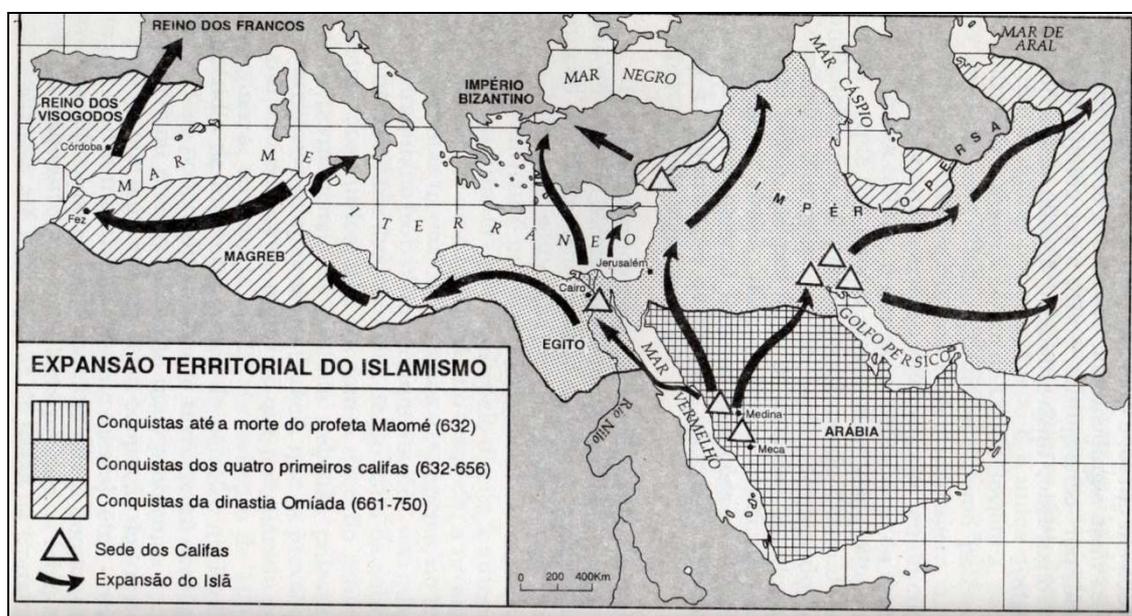
---

<sup>8</sup> Nome próprio escrito em árabe “padrão”, adotado por Demant (2004), para se referir ao profeta fundador do Islã.

<sup>9</sup> Ka’aba: Caaba – De acordo com Demant (2004:393) trata-se de um prédio quadrado em Meca que abriga a pedra negra, supostamente parte do primeiro templo a Deus.

Após a morte do profeta, em 632, a aristocracia comercial de Medina e de outras cidades iniciou uma expressiva expansão com forte apelo religioso, liderado pelos califas, representantes do profeta que combinavam as funções religiosas e políticas, essa expansão ocorreu em três fases, e foi responsável pela grande influência da cultura árabe muçulmana no norte da África e da expansão do islamismo pela antiga Pérsia e Turquia. Conforme ilustra o mapa 16.

Mapa: 16



Extraído de Vlach, Vânia. Geografia em construção. Belo Horizonte: 1991.p.20.

A primeira fase, de 632 a 661, liderada por Abu Bakr, sogro e seguidor de Muhammad, conquistaram significativas porções fora da península Arábica, destacamos: o Egito, a Síria, a Palestina, a Pérsia e partes do Cáucaso.

A segunda fase, de 661 a 750, ficou marcada pela dinastia dos califas Omíadas que governou, a partir da cidade de Damasco. Expandiram seu

império para o norte da África, noroeste da China e grande parte da Península Ibérica.

Esse período é caracterizado por representar uma fase de transição de um grupo religioso para o estabelecimento de um reino centralizado, dominado por uma casta que detinha o controle militar. A composição multiétnica do crescente império muçulmano, não se refletia na divisão do poder, que permanecia centralizada nos árabes.

Embora a religião tenha sido a principal responsável pela expansão da língua árabe, não conseguiu trazer a unidade ao império, pois após a conflitante sucessão do profeta se transformou em uma sociedade dividida pelo sectarismo e pela insatisfação dos não-árabes, marginalizados durante o império Omíada.

A terceira fase, de 750 a 1258, iniciou com a derrota dos Omíadas e a ascensão da dinastia dos califas Abássidas que igualaram os direitos de todos os muçulmanos, determinando a decadência da supremacia árabe. Os persas se converteram ao Islã e passaram a ter grande influência na administração. Com a mudança da capital do império Islâmico para Bagdá essa influência foi ampliada devido à proximidade com a Pérsia.

O Estado muçulmano devido a graves crises internas fragmentou-se em três califados independentes: O de Córdoba, na atual Espanha, o califado de Bagdá e o califado do Cairo, no Egito. As divergências ideológicas no seio do Islã representavam um importante fator no declínio do Império Islâmico. Com o enfraquecimento do império, em 1258, os mongóis conquistam Bagdá pondo fim à dinastia Abássida. Na península Ibérica, os portugueses e espanhóis,

começam a guerra de reconquista e em 1492, os muçulmanos foram expulsos da região.

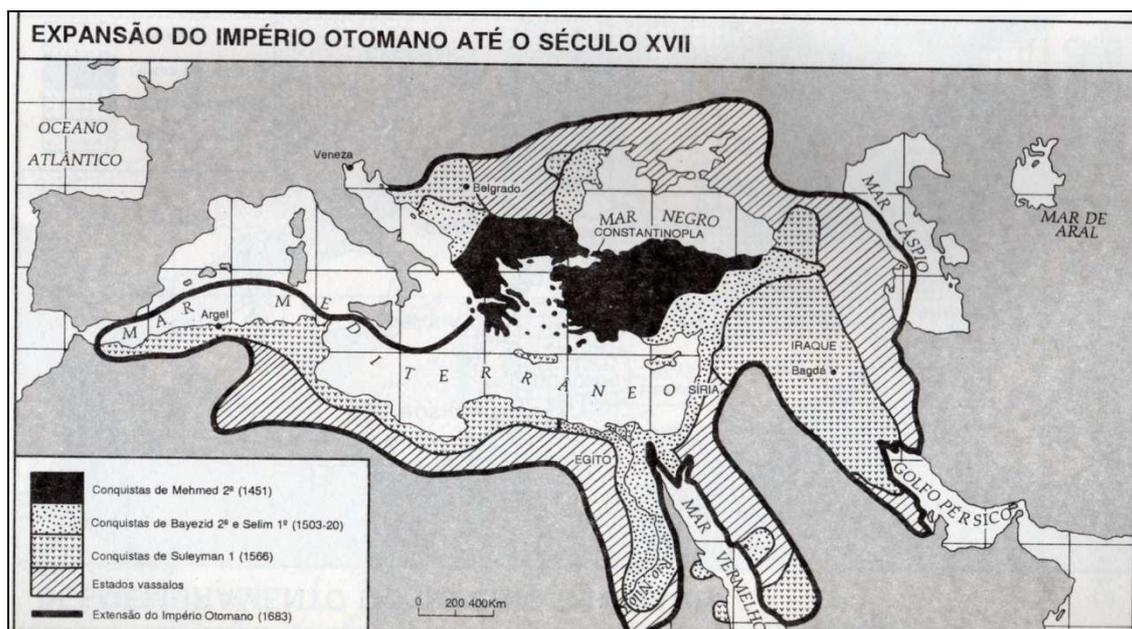
Em Anatólia várias tribos turcas se fixaram e contribuíram para difundir o Islã em áreas controladas pelo decadente império Bizantino.

A expansão do império Otomano tem início em 1300 quando as forças militares do líder Osman I derrotam o exército Bizantino.

No século XIV consolidam a sua expansão em direção aos Bálcãs e pela Anatólia. Em 1453, conquistam Constantinopla tornando-a a capital do Império e decretando assim o fim do império Bizantino. Contudo a igreja Ortodoxo-cristã, predominante nas terras bizantinas foi preservada.

Nos séculos XV e XVI, principalmente sob o comando do sultão, Solimão, o império Otomano passou a controlar importantes territórios no leste europeu, na parte oriental do antigo império muçulmano e no norte da África, mapa 17. A ambição de expansão pela Europa foi frustrada nos séculos seguintes por importantes derrotas militares, destacando-se entre elas a de 1683, nos arredores de Viena, e a de 1687 que libertou a Hungria do jugo Otomano.

Mapa: 17



Extraído de Vlach, Vânia. Geografia em construção. Belo Horizonte: 1991.p.21.

O século XIX representou o enfraquecimento do império e o fortalecimento de grupos separatistas, no norte da África, e de grupos nacionalistas nos Bálcãs que impuseram grandes perdas territoriais aos otomanos e encorajaram as potências europeias a disputar partes do território do império em crise. A proximidade de interesses com a Alemanha levou os otomanos a lutarem, na Primeira Guerra Mundial ao lado da Alemanha contra a Tríplice Entente.

Na península Arábica, uma revolta apoiada pela Grã-Bretanha que havia prometido ao Sharif Hussein de Meca, um reino independente aos árabes, resultou na conquista da Palestina, Síria e Mesopotâmia pelas forças árabe-inglesa. Promessa semelhante também foi apresentada aos judeus Sionistas em 1917, na Declaração de Balfour, onde o império Britânico se comprometia a apoiar a criação de uma pátria nacional para o povo judeu na Palestina. Essas

promessas eram contraditórias e foram realizadas para obter o apoio desses grupos na guerra contra o império Otomano. A história nos mostra que apenas a promessa aos sionistas, de certa forma, se concretizou.

A derrota frente à Tríplice Entente foi desastrosa para o império. As potências europeias procuraram dividir o Império por meio do tratado de Sèvres, que previa ainda o estabelecimento de um processo para a criação do Curdistão, um Estado curdo na região da Anatólia e Iraque. Os gregos com o apoio dos aliados ocuparam Esmirna, o resultado foi um grande movimento nacionalista turco, iniciado em 19 de maio de 1919 e liderado por Mustafa Kemal Pasha. Mustafa Kemal mobilizou a sociedade turca para questionar o tratado assinado pelo sultão, em 10 de Outubro de 1920, esse processo desencadeou a Guerra de Independência Turca. Em 1922, com a derrota das forças estrangeiras de ocupação foi instuída a Assembléia Nacional Turca que formalmente aboliu o sultanato, pondo fim ao domínio otomano.

É formada a República da Turquia sob a liderança de Kemal, posteriormente chamado de Atatürk, pai dos turcos. A Turquia estabeleceu políticas de modernização e secularização, individualizou o poder do Estado, afastando-o da religião. Promoveu a educação e incentivou a emancipação das mulheres.

As migrações entre as populações gregas e turcas que foram balizadas, principalmente, por critérios religiosos, determinaram a predominância muçulmana da sociedade turca.

Para DEMANT (2004:90), a secularização da sociedade turca, embora não realizada como havia sido idealizada por Kemal, afastou a Turquia do restante do mundo árabe.

A forma como o império administrava a diversidade populacional e cultural foi marcada pela dualidade, ao passo em que as populações dominadas podiam manter suas crenças religiosas dispares da praticada pelo governo, com um considerável grau de tolerância para os padrões da época, em outras situações, principalmente quando crescia a oposição ao império e também no período da sua decadência o governo agia com extrema violência e arbitrariedade, como no caso dos gregos da ilha de Quio, do massacre contra os levantes búlgaros e Armênios, que ilustram bem esse momento. Essa forma arbitrária de governar ainda hoje é comum na região.

Os problemas sociais que o Oriente Médio persiste em não resolver, mesmo diante da riqueza gerada pela exploração de petróleo, provocaram a insatisfação das camadas populares, terreno fértil para os movimentos radicais, contra os quais a repressão e a arbitrariedade herdada do período do império continuam a ser usada.

As potências européias, vencedoras do conflito da primeira Guerra Mundial, já em 1915, haviam feito um acordo secreto o Sykes-Picot que previa a partilha da parte árabe do império Otomano, muito embora a configuração política do Oriente Médio assumisse outra forma, diferente da prevista no acordo, as estruturas de dominação britânica e francesa para a região foram estabelecidas no Sykes-Picot. O colonialismo foi consolidado, porém resistiu relativamente pouco tempo, pois chegaram enfraquecidos ao final do conflito.

A partilha do crescente fértil concedeu a Grã-Bretanha o controle do Iraque e Palestina cabendo a França a Síria e o Líbano.

O interesse das potências na região era essencialmente estratégico como demonstra DEMANT:

para a Grã-Bretanha, a questão era assegurar a comunicação com a Índia, ainda sua principal colônia. Já para a França, a proximidade com a África do Norte era fundamental. Motivos econômicos ainda eram secundários: o petróleo já despertava um interesse crescente, mas sua exploração como fonte energética imprescindível só se tornaria um pouco central no estágio seguinte.(DEMANT,2004:91).

A geopolítica do Oriente Médio está diretamente relacionada ao período colonialista, de onde partiram as bases para os Estados e fronteiras nacionais, que formam hoje o mosaico político da região. A maioria dos conflitos atuais do Oriente Médio estão de certa medida ligados aos acontecimentos do período pós guerra. Conforme descreve DEMANT:

Desse nascimento ilegítimo dos Estados árabes, seguiu-se uma tradição de intromissão e intervenção mútua através de fronteiras consideradas – no melhor dos casos – provisórias. A proximidade lingüística, religiosa e de costumes facilitava o intercâmbio de ativistas entre um Estado e outro, tendência que continua em voga até hoje. (DEMANT,2004:92).

O autor destaca o final do período colonialista para retratar a grande fragmentação que o mundo árabe sofreu, desfazendo o sonho dos nacionalistas árabes que idealizavam um Reino árabe liderado por Hussein. Porém, desconsidera em sua fala a luta dos diversos grupos árabes contra o sistema então vigente.

Para realçar a importância das lutas pela independência, SILVA argumenta que:

Em 1925, um levante árabe pôs em risco o domínio francês na Síria e, durante os quinze anos subsequentes, movimentos contestatórios reivindicando a independência eclodiram, não só em Damasco, mas em várias partes do país. A força dos protestos levou a França a reconhecer a independência Síria, pela primeira vez, em 1936; instalou-se um gabinete franco-árabe, mas a potência voltaria atrás quando eclodisse o conflito mundial de 1939-1945. (SILVA, 2003:128).

MARTIN também destaca esse período ao escrever que:

“Após a Segunda Guerra Mundial, quando o movimento de descolonização tornou-se irrefreável no mundo afro-asiático, o imperialismo lutou para que se procedesse a maior fragmentação política possível, a fim de se evitar a constituição de novas potências. Com isso, viram-se frustrados os movimentos pan-africano, pan-árabe, pan-indochino, pan-indonésio e pan-indostânico”. (MARTIN, 2004:31).

A Síria, então centro do nacionalismo pan-árabe liderado pelos muçulmanos sunitas<sup>10</sup>, contrários à divisão do mundo árabe, era palco de tensões e conflitos entre os vários grupos étnico-religiosos presentes no território. Temendo um levante, a França, promoveu a fragmentação do território sírio, anexando áreas ocupadas por maioria muçulmana, como o vale do Bekaa e algumas áreas litorâneas ao Líbano. A separação do Líbano jamais foi aceita pela Síria, que também reclama os territórios da Jordânia e Palestina, esse último atualmente dividido e ocupado por Israel.

---

<sup>10</sup> Grupo majoritário no Islã, muçulmanos ortodoxos que seguem a sunna. Utilizado para identificar os que, após a morte do profeta, aceitaram a sucessão dos quatro primeiros califas do Islã.

Esses novos Estados criados pelo imperialismo colonial europeu não representavam à realidade territorial, tendo em vista que não foram levadas em conta as territorialidades estabelecidas no mundo árabe. DEMANT reforça essa idéia quando comenta que:

O mundo árabe tinha suas divisões internas: entre agricultores e cidadãos; entre abastados *effendis* (proprietários) e mercadores e um proletariado urbano e rural faminto; entre muçulmanos, judeus e cristãos das várias congregações e seitas; entre nacionalistas e aqueles que continuavam ligando sua identidade coletiva a critérios religiosos. Havia também dialetos e costumes diferentes. Entretanto, nada havia preparado o terreno para a partilha de 1920. (DEMANT, 2004:91-92).

As potências coloniais enfraquecidas após o conflito sofriam constantes e variadas ameaças a seu poder. Optaram por favorecer as minorias étnicas, muitas vezes armando-as para controlar a maioria, no caso os sunitas. Assim mantinham a ordem e garantiam a governabilidade dos territórios.

As conseqüências dessa política representam mais um elemento complicador para que as minorias pudessem se integrar com a maioria da nação árabe, conforme descreve Peter DEMANT (2004:92): “Assim, armênios, judeus, xiitas, druzos e outros se associaram, na percepção da maioria, aos colonizadores, e se tornaram objeto do ódio da maioria: os muçulmanos”.

Além da influência negativa que deixaram na geografia política do Oriente Médio, as potências coloniais também tentaram implantar a modernidade em suas colônias, por meio de uma infra-estrutura bem mais moderna e da introdução dos novos produtos da fase industrial. Promoveram o avanço da educação, embora que para uma pequena parcela da população,

pois essa modernidade exigia uma mudança no pensar das comunidades locais.

A modernidade exportada da Europa, pela Grã-Bretanha e França, se constituiu em uma nova forma de pressão e não demorou muito para se confrontar com o modo de vida local, e principalmente com o Islã.

A elite tradicional e a emergente classe média inseriram-se nos meios da administração pública e militar formando uma base que no período entre guerras estaria à frente dos movimentos por independência e mais tarde na composição do governo dos recém independentes Estados.

Nesse período também surgiram as bases ideológicas de importantes movimentos como o pan-arabismo que vieram a fracassar. Porém seus ideais continuam até hoje influenciando os discursos de importantes líderes locais.

Os movimentos pela independência se espalhavam pelo mundo árabe resultado do descontentamento provocado pelo domínio colonial. Na Síria alguns intelectuais e políticos defendiam ideais mais amplos e idealizavam a integração de todos os membros da nação, o pan-arabismo. A unidade estava baseada em fatores culturais e lingüísticos que supostamente teriam forjado uma identidade coletiva.

Os expoentes dessa ideologia foram os sírios Sati al-Husri e Michel Aflaq, esse último um dos responsáveis, em 1947, pela fundação do partido Baath, principal partido de orientação pan-arabista.

O auge deste movimento está vinculado à figura do líder egípcio Gamal Abdel Nasser, pelo desfecho vitorioso no episódio da disputa pelo controle do

canal de Suez, embora a influência das superpotências, em especial, a americana tenha sido decisiva, a repercussão no mundo árabe foi extremamente positiva. Aproveitando desse momento, em 1958, a Síria e o Egito fundam a República Árabe Unida (RAU).

Os interesses das elites governantes eram divergentes em vários aspectos, principalmente no tocante a quem deveria dirigir essa futura nação. Esse descompasso facilmente percebido pelas ações descoordenadas revelou a ausência de um programa político para a RAU. Os fracassos nas investidas contra Israel enfraqueceram ainda mais o movimento que em setembro de 1978 recebe outro duro golpe, quando o presidente egípcio, Anuar Sadat, surpreende e assina um acordo de paz com Menahem Begim, primeiro ministro israelense.

As dificuldades em aceitar as diferenças no seio das populações árabes e as disputas e divergências entre os governos árabes foram os complicadores determinantes para o fracasso do pan-arabismo. O que restou desse período foi à criação, em 1945, da Liga árabe que também não conseguiu superar as diferenças entre seus membros.

O desgaste do ideal defendido pelo pan-arabismo abriu caminho para outras ideologias, em especial, para o islamismo. Nas palavras de DEMANT (2004:108): “Pode-se dizer, portanto, que a linha de tensão principal desse período opôs um arabismo moribundo e uma variedade de regionalismos particulares a uma nova proposta universalista: “O islã é a solução”.”

O crescimento dos movimentos que lutavam por independência e o enfraquecimento das potências européias após a segunda Guerra Mundial,

levaram nas duas décadas seguintes ao desencadeamento dos processos de independência no Oriente Médio e no resto do mundo.

O panorama mundial foi alterado após o conflito com o estabelecimento de novas lideranças mundiais, para a região essas mudanças significaram a conclusão dos processos de independência, nas palavras de SMITH:

No Oriente Médio, mais que em qualquer outra região, as potências coloniais também encaravam o crescente poder dos EUA e da URSS. A tradicional importância estratégica da região, sua contigüidade com as fronteiras meridionais da URSS e, sobretudo, seu petróleo levaram as novas superpotências globais a procurar expandir sua influência ali. Com todos esses fatores em jogo, era inevitável o fim da era colonial européia.”(SMITH, 2008:29).

A influência das superpotências, EUA e URSS, na política mundial durante todo o período da Guerra Fria não influenciou somente a descolonização da região, interferiu significativamente nos principais dilemas do Oriente Médio, entre eles a fundação e a afirmação do Estado de Israel no interior do mundo muçulmano.

Em relação ao contexto histórico – cultural na formação do espaço geográfico, em especial do Oriente Médio, observamos que apenas alguns autores, dos livros didáticos analisados, abordaram diretamente a região do Oriente Médio, são eles: ALMEIDA e RIGOLIN; LUCCI, BRANCO e MENDONÇA; MAGNOLI e ARAUJO; SILVA; SILVA FILHO, ANASTASIA, MARTINI e GAUDIO; TAMDJIAN e MENDES; TERRA e COELHO; e VESENTINI. Os demais autores, presentes no *corpus* da pesquisa, apresentam temas relacionados à região, apenas com a finalidade de ilustrar ou

exemplificar um eixo temático norteador do capítulo, sem o compromisso, então, de aprofundar ou esclarecer o tema.

Dos autores que tratam diretamente à região, encontramos problemas nos textos das seguintes obras:

- TERRA e COELHO: No capítulo 7 – Globalização e pluralidade cultural: conflitos regionais e tensões no mundo – p. 77. Ao tratar as áreas de conflito no mundo, aborda o Oriente Médio, resumindo assim os conflitos da região: “No Oriente Médio, os confrontos decorrentes das invasões estrangeiras e do expansionismo prolongam-se até os dias atuais, envolvendo Israel, Palestina, Síria, Líbano, Egito e Jordânia”, no parágrafo seguinte resume o conflito árabe – israelense. O texto apresenta ao leitor os conflitos da região de forma simplista, descontextualizada, incapaz de responder as questões elementares que envolvem os conflitos da região. Os professores e alunos de posse desse texto, não terão as mínimas condições de estabelecer um entendimento razoável sobre o tema, pois os temas que são abordados com referência ao tempo atual, dificultam a compreensão das dinâmicas dos processos políticos, culturais e sócio-econômicos constituintes do espaço geográfico.

O texto didático também apresenta uma pequena caixa de texto, onde os autores passam informações sobre o islamismo. O que chama a atenção é o tratamento dado ao termo jihad, que é relacionado à expressão “guerra santa”, o que segundo vários autores<sup>11</sup> trata-se de um equívoco capaz de gerar estereótipos em relação aos muçulmanos.

---

<sup>11</sup> Para maiores detalhes, ver: SOUZA, Ana Gomes de. O Islã nos livros didáticos de História de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental no período de 1985 a 2004. Dissertação (mestrado em letras). Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

- SILVA: O capítulo 20 – Ásia: Oriente Médio -. Aborda a região de forma tradicional, compartimentada. Apresenta a localização geográfica, aspectos do quadro natural, aspectos do quadro humano, aspectos do quadro geopolítico e aspectos do quadro econômico.

No primeiro parágrafo do quadro geopolítico, p.308, o autor discorre sobre os vários fatores que envolvem os conflitos na região, dentre eles afirma que: “sua posição no contexto geopolítico mundial, em que a disputa capitalismo/socialismo da Guerra Fria foi substituída pela disputa cristianismo/islamismo”. Desta forma, o autor ao afirmar que duas das maiores religiões monoteístas do mundo encontram-se em conflito, comete um grave equívoco e um erro conceitual. Ao fornecer aos leitores uma informação errada, a obra pode contribuir para que os educandos construam uma visão errônea de mundo. Principalmente, porque após os fatídicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, os muçulmanos passaram a sofrer com os estereótipos, que os associam a terroristas e a fanáticos religiosos.

### 3.4 - A Formação do Estado de Israel

O Estado de Israel, um país ímpar, dentro do Oriente Médio e que constantemente faz parte dos noticiários da mídia mundial, nos remete a reflexão acerca do seu processo de formação territorial, de sua geopolítica e da suas perspectivas futuras. Para tanto faremos um resgate histórico de Israel, visando compreender os motivos que conduziram à escolha da Palestina como sede do Estado Nação judeu. Utilizaremos o auxílio de outras formas de linguagem: mapas, gráficos e tabelas, que ao serem lidos conjuntamente facilitaram a comparação e o entendimento dos temas.

A pesquisa em jornais e revistas tem o caráter de recortar a história factual do processo de paz, as transformações da região, as questões árabes e os efeitos da mundialização do capitalismo em Israel. No entanto, a reivindicação do direito de posse das terras de Canaã, que corresponde à Palestina, tem seus fundamentos baseados na religião e estão registrados em várias passagens do judaísmo.

A Palestina teria sido dominada por vários povos entre eles: Assírios, Babilônios e gregos e posteriormente pelos romanos que para sufocar as rebeliões judaicas contra a sua dominação promoveram uma grande diáspora do povo judeu pelo território do Império Romano, pela Europa, Rússia e África. Alguns grupos resistiram à dominação e permaneceram na Palestina.

Com o surgimento do islamismo, no século VII, os muçulmanos conquistaram Jerusalém, a terceira cidade mais importante do Islã depois de Meca e Medina, respectivamente, passando a ser o grupo majoritário e

dominante na Palestina. Sobre as ruínas do antigo templo de Salomão e ao lado do muro das lamentações o califa Abd al-Malik constrói o Haram al-Sharif, composta pelas mesquitas de Omar, também chamada de Domo do Rochedo, e de Al-Aksa.

Os turcos otomanos também dominaram a região de 1516 a 1918, quando do final da Primeira Guerra Mundial são derrotados e perdem o controle da Palestina para os britânicos que irão dominar até 1947.

Os judeus dispersos pela Europa e outras partes do mundo preservaram sua língua, costumes religião e cultura, embora em graus distintos, dificultando a sua integração com os grupos majoritários da população.

As perseguições violentas e sistemáticas a que eram submetidos inspiraram o jornalista Theodor Herzl a estruturar e divulgar os ideais sionistas. Quando publica “O Estado Judeu”, argumenta que os judeus deveriam ter seu próprio território nacional a fim de se protegerem do crescente sentimento de anti-semitismo.

Nos primeiros anos do século XX, o movimento sionista passa a ser reconhecido internacionalmente e a apresentar divergências internas sobre a sua implantação. É criado um fundo nacional judaico visando adquirir terras palestinas, boas para o cultivo, para estabelecer as colônias judaicas. Entre 1900 e 1914, o número de colônias na Palestina havia dobrado, passando de aproximadamente 20 para mais de 40 novas colônias.

A Declaração de Balfour, em que o governo Britânico declarava-se favorável ao estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, sem como isso prejudicar os direitos das comunidades não judaicas,

desencadeou um processo de radicalização nas populações locais contra a ocupação inglesa e a crescente imigração de judeus para a região. Em contrapartida, os judeus intensificaram, progressivamente, a imigração para a Palestina, mesmo com o documento de Londres, onde a Grã-Bretanha tentava frear e limitar o processo de imigração não surtiu o efeito desejado, pois os grupos sionistas mais radicais patrocinados pela organização Haganah, passam a promover a imigração clandestina que dura até o final da Segunda Guerra Mundial.

Os Kibutzims, comunas agrícolas, onde a propriedade da terra era coletiva, constituía o destino da população que chegava à Palestina e desempenhava um importante papel no processo de povoamento e na manutenção da segurança local. A crescente imigração para esta área, aliada a um sentimento de comoção mundial com a descoberta e divulgação do holocausto da Segunda Guerra Mundial, criou um ambiente favorável a votação da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1947, que dividia o mandato Britânico da Palestina entre um Estado judaico e um Estado árabe, devendo ficar a cidade de Jerusalém sob o controle da autoridade Internacional. As novas superpotências da época apoiaram a formação por motivos distintos: de um lado, os EUA sofriam pressões da comunidade judaica americana e buscavam firmar aliados na região, enquanto a URSS via na organização dos Kibutzims uma semelhança com a ideologia defendida pelo seu sistema de governo e, por outro, apoiariam qualquer medida que representasse o afastamento britânico da região.

Os sionistas aceitaram a partilha e após a retirada dos soldados britânicos, em 14 de maio de 1948, David Ben Gurion proclamou a fundação do

Estado de Israel e assumiu a liderança do novo governo. Como primeiro desafio enfrentou a reação hostil dos árabes no que seria a primeira das guerras entre os dois povos.

O processo de imigração tem uma importância fundamental na formação do Estado de Israel e na sua política de construção de assentamentos judaicos nos territórios ocupados.

Israel presenciou o crescimento acelerado da sua população que nos primeiros 50 anos de sua existência passou de, aproximadamente 800 mil pessoas na sua fundação, em 1948, para os quase seis milhões de habitantes em 1998.

Essa onda migratória, embora constante, pode ser representada em dois períodos, conforme nos mostra o gráfico 01. O primeiro relacionado a sua fundação em 1948, estende-se até 1951. Quando os vários grupos judeus dispersos pela Europa durante as perseguições nazistas, e os provenientes do mundo árabe dirigem-se a Israel.

A característica deste primeiro grupo de imigrantes é marcada pela escassez de recursos financeiros, dada a dura realidade que enfrentaram nas circunstâncias da sua vinda, e pela baixa escolaridade em relação à população anterior. Por terem vivenciado os horrores da guerra tiveram papel fundamental na defesa do território.

A segunda onda migratória ocorre entre os anos de 1990 a 1996, mantendo-se em menor intensidade até hoje. A principal causa desta onda migratória está relacionada à fragmentação do território da ex-União Soviética e pela crise que tomou conta da principal ex-república soviética, a Rússia.

Embora também não possuíssem recursos financeiros este segundo grupo de imigrantes gozava de boa escolaridade, adquirida pela política desenvolvida no bloco socialista. Estimativas apontam que a imigração de cérebros levou a Israel em torno de cinco mil cientistas e 50 mil engenheiros que foram incorporados à força de trabalho do país.

A pressão social que esta nova onda migratória provocou, levou um dos principais partidos políticos o Likud, cujo apoio político advém das colônias judaicas a anunciar um plano de construção de 3.800 casas para colonos na Cisjordânia que absorveria e acomodaria afluxo de mão de obra.

A integração dos imigrantes a sociedade é, geralmente, lenta e difícil. A diversidade cultural trazida pelos vários grupos de imigrantes comprova que a sociedade israelense esta longe de ser homogênea como idealizava a proposta sionista. Há conflitos no convívio das diferentes comunidades originárias de vários países, esses atritos não surtem tanta repercussão dada à gravidade das questões relacionadas aos árabes.

Após o anúncio da partilha do território proposto pela ONU, começaram os confrontos armados entre os dois grupos. Durante a guerra de 1948 que os israelenses chamam de “guerra de independência”, a Liga árabe querendo transformar a causa palestina em projeto pan-árabe invade a Galiléia, iniciando o período de combates entre árabes e judeus.

O resultado da guerra foi um cessar fogo imposto pela ONU determinando o fim das hostilidades, porém os israelenses não desocupam as terras palestinas conquistadas e estabelecem o Novo Estado judaico sobre quase 75% do antigo mandato britânico. O projeto de internacionalização de

Jerusalém é descartado e a cidade passa a ser dividida em duas partes uma controlada por Israel e outra pela Jordânia que também passa a controlar a Cisjordânia, e o Egito ocupa a faixa de Gaza.

Para os palestinos foi uma catástrofe, pois, o ideal de fazer parte de um grande Estado pan-árabe fracassou e o Estado Palestino nunca se concretizou.

DEMANT descreve assim essa situação:

“Já o Estado independente palestino nunca se tornou realidade. A maior parte dele, a Cisjordânia, foi conquistada e, em 1950, anexada pela Transjordânia (a partir de então, Jordânia), enquanto o Egito passou a administrar a Faixa de Gaza. Cerca de 750.000 palestinos fugiram em circunstâncias controversas para os países vizinhos, onde sua presença se perpetuou ano a ano e logo constituiu um problema humanitário e político de grande magnitude”. (DEMANT, 2004:104).

Os palestinos se organizam e criam a Al-Fatah, movimento armado de luta contra a ocupação israelense, liderado por Yasser Arafat. Anos mais tarde os grupos guerrilheiros palestinos liderados pela al-Fatah formam a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), entidade que objetivava a formação de um Estado Palestino e que futuramente passou a ser reconhecida como a legítima representante do povo palestino.

A nacionalização do Canal de Suez promovido pelo governo de Nasser, em 1956, contrariou os interesses britânicos. O Egito também bloqueou a entrada de navios israelenses pelo golfo de Ácaba isolando o Porto de Eilat, vital para Israel na época.

A França demonstrava insatisfação com o governo de Nasser devido ao apoio a que o Egito oferecia ao grupo argelino denominado Frente de

Libertação Nacional (FLN), cujo principal objetivo era alcançar a independência da Argélia, então colônia da França.

Israel decide em conjunto com a França e Grã-Bretanha invadir o Egito. Em outubro de 1956, em uma ação combinada Israel ocupa a península do Sinai, reabre o golfo de Ácaba e destrói as bases dos guerrilheiros palestinos. A Grã-Bretanha e França lançam um bombardeio no canal de Suez e passam a controlar o canal.

As superpotências, EUA e URSS, se posicionam publicamente contrárias à ação dos beligerantes que devido às pressões são persuadidos a recuar. A ONU ocupa a região, pondo fim ao conflito e determinando o retorno às antigas fronteiras.

O conflito que representou a supremacia militar de Israel e a conquista de importantes territórios aconteceu, em julho de 1967, com a Guerra dos Seis Dias. Israel atacando em três frentes simultâneas promove a invasão da Faixa de Gaza, do deserto do Sinai e de parte do canal de Suez, decretando a derrota do Egito. As tropas israelenses ocuparam também a parte oriental de Jerusalém e a Cisjordânia e em direção a Síria conquistaram as Colinas de Golã, importantes áreas de mananciais.

Israel contraria a decisão da ONU de retirada das tropas dos territórios ocupados. O ganho territorial nesse conflito foi impressionante, porém para os palestinos representou uma nova diáspora, formada por aproximadamente 1,6 milhão de refugiados de guerra.

Os refugiados palestinos seguiram em direção aos países vizinhos, como Líbano e Jordânia. Desprovidos de recursos financeiros passaram a se

concentrar em áreas carentes, desprovidas de infra-estrutura. A situação de miséria em que se encontravam favoreceu a formação de milícias armadas para combater Israel. Contudo passaram a representar um problema aos olhos dos governos dos países que os receberam.

A Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1973, quando a Síria e Egito promovem um ataque surpresa a Israel com o objetivo de reconquistar os territórios perdidos em 1967. Acabou por determinar novas fronteiras para Israel que embora conseguisse manter as Colinas de Gola e a Cisjordânia, perdeu para o Egito parte do deserto do Sinai e de Suez.

Com a assinatura dos acordos de Camp David, em 1978 entre Egito e Israel, cessam as hostilidades entre os dois Estados e o Egito obtém de volta o controle do Sinai.

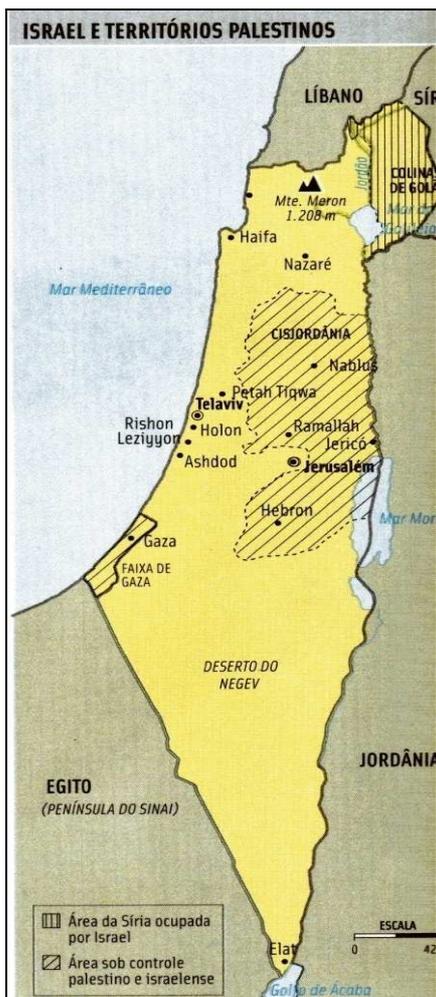
Os mapas a seguir têm como objetivo representar, por meio da cartografia as transformações das fronteiras de Israel no período mais agudo da guerra com os árabes.

Mapa: 18



Extraído do guia do estudante atualidades vestibular 2008. ed. 08. São Paulo: Editora Abril, 2008. p.57.

Mapa: 19



Extraído do guia do estudante atualidades vestibular 2008. ed. 08. São Paulo: Editora Abril, 2008. p.56.

O progresso econômico de Israel e o desempenho de sua economia, ao longo dos seus sessenta anos de existência podem ser percebidos com facilidade. Segundo dados do Banco Mundial de 2005, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi neste período de 5,2%. Cabe lembrar que o papel do Estado na economia é marcante, porém para se adequar à economia mundial vem reduzindo a sua participação.

Israel enfrenta desafios de grande complexidade dada às várias variantes envolvidas. A primeira de política interna diz respeito às questões com os palestinos e a segunda está relacionada à convivência com seus vizinhos muçulmanos. Não temos dúvidas de que as duas questões estão intimamente ligadas, e parte de sua solução encontra-se na devolução dos territórios ocupados.

O avanço dos processos de paz com os palestinos tem esbarrado na postura radical de grupos, tanto palestinos quanto israelenses. As dificuldades passam pelo controle da cidade sagrada de Jerusalém cobiçada pelos dois lados, quanto por entraves físicos e políticos gerados a partir dos anos 70, com a construção de colônias judaicas nos territórios ocupados, dificultando sobremaneira a devolução dessas áreas ao controle dos árabes.

A política segregacionista de Ariel Sharon, do partido Likud, materializada com a construção de estradas exclusivas para colonos judeus e mais recentemente com a construção de um muro na Cisjordânia, figura 20, separando as populações árabes e judaicas. Deixa clara a intenção de promover uma segregação espacial, criando outro obstáculo nas negociações

de paz, além de repercutir de forma negativa no mundo muçulmano, principalmente árabe, e na opinião pública mundial.

Figura: 20



Extraído do guia do estudante atualidades vestibular 2008. ed. 08. São Paulo: Editora Abril, 2008. p.59.

Outro desafio é reduzir os consideráveis gastos em defesa que tem reflexos negativos na economia. Para tanto é preciso estabelecer uma paz duradoura com os árabes, principalmente com a Síria e o Líbano. O que representaria para Israel a perda do controle de importantes recursos hídricos e a ira dos colonos judeus assentados nestas áreas, vide mapas 21,22 e 23.

Mapa: 21



Extraído de Brener, Jayme. As Guerras entre Israel e os Árabes. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

Mapa: 22



Mapa: 23



Extraído de Brener, Jayme. As Guerras entre Israel e os Árabes. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

Os livros didáticos que propõem a discussão do tema são: ALMEIDA e RIGOLIN; KRAJEWSKI, GUIMARÃES e RIBEIRO; LUCCI, BRANCO e MENDONÇA; MAGNOLI e ARAUJO; SILVA; SILVA FILHO, ANASTASIA, MARTINI e GAUDIO; TAMDJIAN e MENDES; TERRA e COELHO. No geral os textos didáticos apresentam o histórico de formação do Estado de Israel, sua evolução territorial, apresentada por meio de mapas e as dificuldades para o estabelecimento de acordos de paz duradouros. Alguns autores apresentam o tema atualizado, ou seja, os debates em relação à construção do muro israelense, separando as populações palestinas dos territórios ocupados das populações israelenses. Dos autores anteriormente citados, apenas SILVA; TAMDJIAN e MENDES; e TERRA e COELHO não trazem esse debate em seus textos didáticos, apesar da construção do muro ter sido iniciada em 2002 e declarada ilegal, em 2004, pelo Tribunal Internacional de Justiça de Haia, essa atualização do tema não consta em seus livros.

Encontramos nos textos didáticos de SILVA e TERRA e COELHO, sobre a questão árabe-israelense as seguintes colocações:

- SILVA: “Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, esse território ficou sob o controle do governo britânico, que era absolutamente contra a formação de um Estado judeu na região. No entanto, terminada a Segunda Guerra Mundial, em 1945, o governo britânico foi rapidamente perdendo o controle político sobre essa região e a questão da formação de um Estado judeu na Palestina foi transferida para a ONU (que havia sido criada em 1945)”. (p. 311).

Ao fazer essa afirmação o autor isenta o governo Britânico de qualquer responsabilidade em relação à fundação do Estado de Israel, desconsidera a Declaração de Balfour (1917) cometendo assim, uma divergência factual.

Quando as informações básicas contidas no livro didático, não se encontram corretas, o processo ensino-aprendizagem passa a ficar comprometido, tendo em vista que os alunos tendem a formular idéias e conceitos errados em relação a um determinado tema.

- TERRA e COELHO: “Após a Segunda Guerra Mundial, muitos judeus voltaram para o território que ocupavam e de onde haviam sido expulsos há quase dois mil anos, fundando, em 1948, o Estado de Israel. Os palestinos, então, passaram a lutar pelo reconhecimento e pela demarcação de fronteiras que configurassem um Estado palestino independente”. (p. 77).

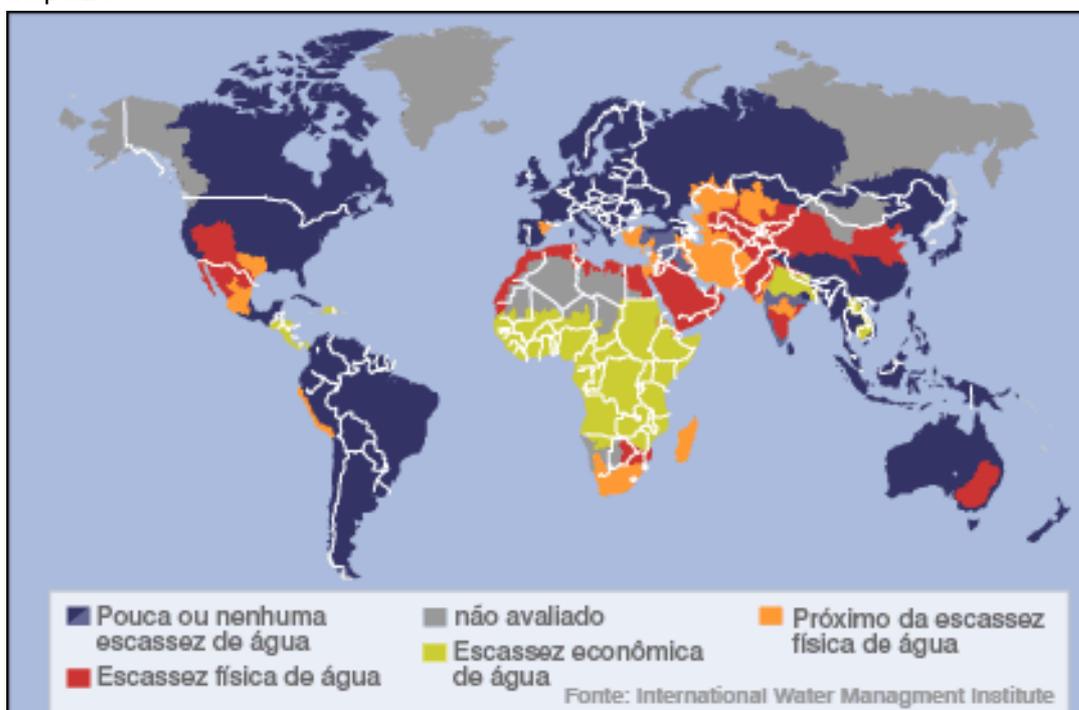
A imigração de judeus para a palestina começou muito antes do final da 2ª Guerra Mundial, como afirma o texto. A divergência factual compromete as informações básicas sobre o tema e assim o seu pleno entendimento. Aliás, o texto apresenta uma simplificação exagerada do tema e um reducionismo de conceitos, que comprometem as práticas pedagógicas que por ventura forem advindas do mesmo.

### 3.5 - Recursos minerais e Geopolítica

Os recursos minerais mais importantes para a região são atualmente a água e o petróleo. Os motivos dessa importância são antagônicos, a água devido a sua escassez, mapa 24, e o petróleo pela sua abundância, ambos estão presentes em várias disputas que ocorrem no Oriente Médio.

A grande maioria dos territórios que formam o Oriente Médio está localizado em áreas de climas desértico e semi-árido, cujas principais características são os baixos índices pluviométricos, inferiores a 250 mm/ano. A hidrografia da região também é restrita e mal distribuída, destacando-se as bacias do rio Nilo, do rio Jordão e dos rios Tigre e Eufrates, além de bacias de menor expressão como as bacias dos rios Litani e Asi no vale do Bekaa.

Mapa:24



Extraído do site:

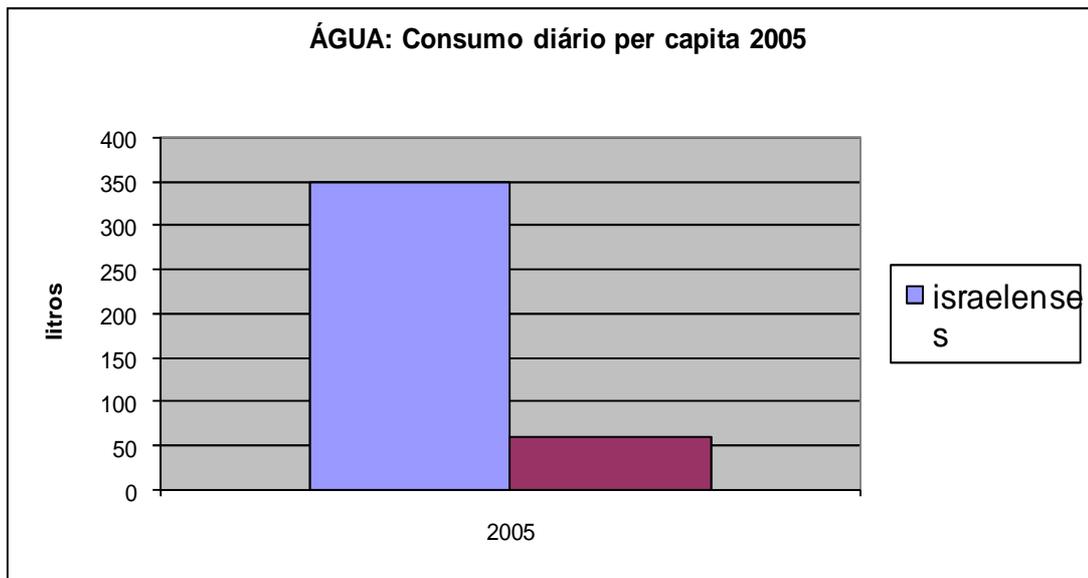
[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/08/060821\\_faltaaguarelatoriofn.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/08/060821_faltaaguarelatoriofn.shtml)

O agravamento dos efeitos do aquecimento global e a pressão provocada pelo grande crescimento demográfico causam nas áreas mais áridas do planeta a exposição de grupos sociais a mudanças bruscas em seus modos de vida. A água além de ser essencial à vida está presente nas mais variadas atividades humanas, dentre elas destacamos a agricultura que segundo dados da National Geographic representam 69% do uso humano da água. SMITH (2008:132) destaca essa importância na origem da formação do Estado de Israel ao afirmar que: “Israel foi em parte fundado com base na irrigação e exploração agrícola do deserto; a água é questão, e questão particularmente delicada, de segurança nacional”.

A água é utilizada também como fonte de poder, gerando assim discórdias. Desde os anos 60, Israel agrupou todas as fontes de água potável em um sistema de comunicação integrado, cuja principal via, o Conduto Nacional capta a água proveniente do norte do país e do centro e a distribui nas áreas secas do sul, tudo isso por meio de uma rede de estações de bombeamento, tubulações, áreas de armazenamento e canais abertos, vide mapa nº 26.

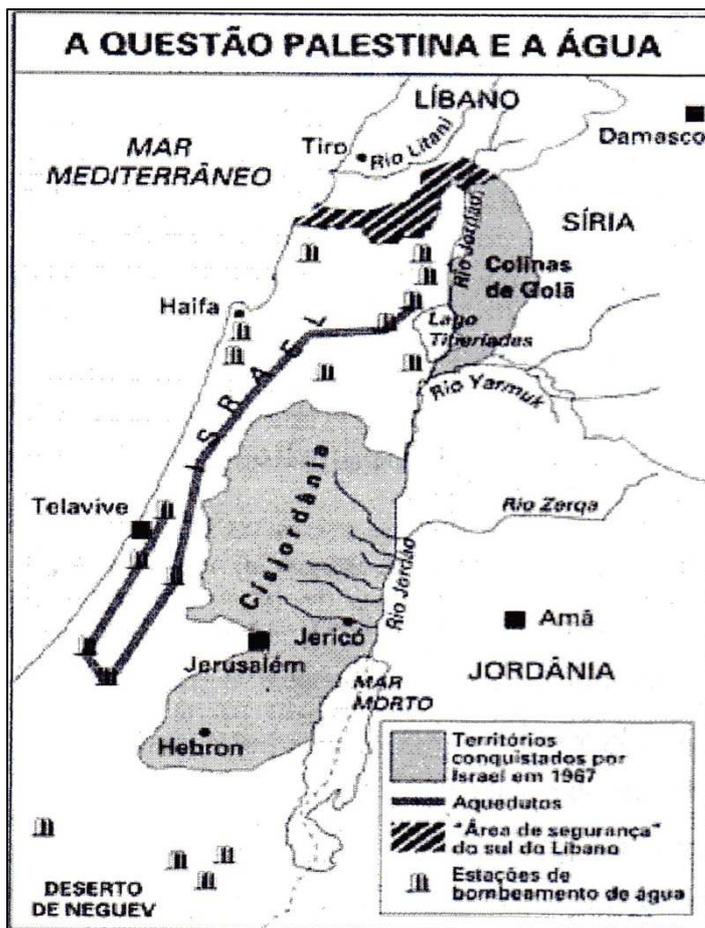
Israel passou a controlar a quantidade de água destinada aos palestinos, distribuindo de forma bem desigual à quantidade de água destinada aos assentamentos judaicos, em relação à oferecida aos palestinos dos territórios ocupados. O que podemos notar com facilidade ao compararmos os números apresentados no gráfico abaixo.

Gráfico: 01



Adaptado: Smith, Dan. O Atlas do Oriente Médio: conflitos e soluções. São Paulo: Publifolha, 2008. p. 57.

Mapa: 26



Extraído de: Panorama do mundo-2, São Paulo: Scipione, 1996.

Há um risco substancial de que ocorrem conflitos entre países que compartilhem os mesmos recursos hídricos. Os Estados que possuem seus territórios à jusante de importantes rios acabam ficando reféns de projetos que envolvam a utilização da água dos rios nos países mais a montante; o Egito temendo a redução do volume de água do rio Nilo, exerce forte pressão política sobre os governos da Etiópia e do Sudão, no sentido de evitar a construção de barragens.

Essa preocupação aparece na obra de PINTO, nas suas palavras:

“A alocação de recursos escassos, especialmente no que se refere aos rios (Tigre e Eufrates), constitui uma fonte de tensão na região. O aumento da escassez de água coloca em perigo as estratégias de segurança alimentar destes países. As necessidades das populações em crescimento e dos planos de desenvolvimento começaram a aproximar-se e, por vezes, a exceder os limites hidrológicos.” (PINTO, 2003:164).

Nos anos 90, a construção da represa de Ataturk, na Turquia, provocou conflitos com o Iraque e a Síria devido à dependência que esses países têm em relação às águas dos rios Tigre e Eufrates.

Durante a Guerra do Golfo, Saddam Hussein ordenou a destruição das caras usinas de dessalinização da água do mar, instaladas no então inimigo Kuwait.

Somente o respeito à diversidade étnica e cultural poderá resultar em um entendimento entre os Estados, capaz de promover a paz e o uso racional da água.

Sob as bacias sedimentares do golfo Pérsico encontram-se as principais reservas petrolíferas do planeta. As estimativas apontam que aproximadamente dois terços das reservas mundiais de petróleo situam-se no Oriente Médio, além disso, a região responde atualmente com 36% da produção mundial de petróleo em estado bruto. À luz desses números, podemos deduzir que esse recurso mineral exerce forte influência nas relações estabelecidas entre os Estados que formam a região e o restante do mundo.

Segundo HOBSEAWM (1998:95) “[...] Nem a política atual no Oriente Médio, que está longe de ser explicável apenas em termos econômicos, pode ser discutida realisticamente sem levar em conta o petróleo”.

Durante o período da Guerra Fria marcado pela disputa de poder entre EUA e URSS, o Oriente Médio passou a ser uma região de confronto das superpotências. Porém quando, em 1973, por meio da OPEP os Estados árabes passam a utilizar o peso político do petróleo como forma de pressionar os EUA e seus aliados, pró Israel, na Guerra do Yom Kippur. Cortando fornecimentos e reduzindo a produção, provocaram a Primeira Crise Mundial do Petróleo que quadruplicou o preço do produto.

HOBSEAWM ao explicar o isolamento americano em relação aos seus aliados diante da pressão imposta pelo cartel do petróleo, descreve assim esse momento:

“E, se o Vietnã não bastasse para demonstrar o isolamento dos EUA, a guerra do Yom Kippur de 1973 entre Israel – que os americanos permitiram tornar-se seu mais estreito aliado no Oriente Médio – e as forças de Egito e Síria, abastecidas pelos soviéticos, mostrou isso de forma mais evidente. Pois quando Israel, duramente pressionado, com poucos aviões e munição, apelou aos EUA para mandar

suprimentos depressa, os aliados europeus, com a única exceção do último bastião do fascismo pré-guerra, Portugal, se recusaram até mesmo a permitir o uso das bases aéreas americanas em seu território para esse fim”. (HOBSEAWM, 2006:241-242).

No Irã dos anos 50, o líder nacionalista Mohammad Mossadeq tentou implantar sua plataforma de governo assentada na nacionalização da exploração de petróleo, foi vítima de um golpe idealizado pela CIA e que contou com a participação do serviço secreto britânico. Em seu lugar foi colocado no poder o jovem Xá Reza Pahlevi, favorável aos interesses ocidentais. Anos mais tarde, em 1979, também seria derrubado do poder pela que Revolução Islâmica que HOBSEAWM (2006:440) classificou como sendo “[...] de longe a maior de todas as revoluções da década de 1970, e que entrará na história como uma das grandes revoluções sociais do século XX”. As principais conseqüências dessa revolução foram à nacionalização do petróleo e a Segunda Crise Mundial do Petróleo.

Para o Iraque, país de maioria xiita, porém controlado pelos sunitas do partido Baath, personificados na figura de Saddam Hussein, temiam a expansão da revolução islâmica para dentro do território iraquiano, sendo assim se aventuraram em um conflito que durou oito anos e trouxe várias seqüelas para ambos os lados.

As duas superpotências também temiam a expansão do Islã político e o avanço do regime dos Aiatolás na região, com a possível derrota do Iraque no conflito. Decidiram, então, por apoiar Saddam Hussein.

Em Relação à política adotada pelos países árabes vizinhos em relação ao conflito, DEMANT nos afirma que:

“O que nos interessa é o apoio árabe (e ocidental) a Saddam: as elites árabes temiam mais o islamismo do que o imperialismo pan-árabe ba'athista, e pretenderam usar a força bélica do Iraque para conter, e se possível, destruir o Irã islamista”. (DEMANT,2004:119).

O petróleo ainda motivaria Saddam Hussein a entrar na Guerra do Golfo, em 1990, aproveitando-se do espaço deixado vago com enfraquecimento da URSS no cenário mundial. O objetivo era controlar o petróleo do rico vizinho Kuwait e posteriormente dominar a região. Os EUA dessa vez se posicionaram contrário ao regime beligerante de Saddam Hussein e por meio de uma ação conjunta com seus aliados derrotaram o Iraque, porém não conseguiram depor o ditador.

O Iraque passou a sofrer uma série de sanções internacionais que conduziram o país a um caos social nunca visto. A imagem norte-americana no mundo muçulmano piorou, provocando ondas de sentimento antiamericano e ocidental que se materializaram nos episódios de 11 de setembro de 2001. Por sua vez esses episódios também se desdobraram nas atuais guerras do Afeganistão e do Iraque.

Em relação à economia mundial e a atual fase do capitalismo, percebemos que o petróleo desempenha papel fundamental, seja na indústria enquanto importante matéria-prima e principal matriz energética mundial, ou como commodities influenciando nos fluxos de capital financeiro. O que ocorre é que as riquezas geradas com o petróleo permanecem sob o controle das oligarquias locais que pouco ou quase nada tem feito para reverter à renda

gerada pelo petróleo em prol das melhorias de infra-estruturas e das condições de vida das suas populações.

Os livros que formam o corpus apresentam uma variedade de escolhas teórico-metodológicas, que por sua vez são responsáveis pela coerência interna do livro didático. Essa variedade de escolhas permite, também, que os temas apareçam organizados em capítulos respeitando a coerência interna da obra.

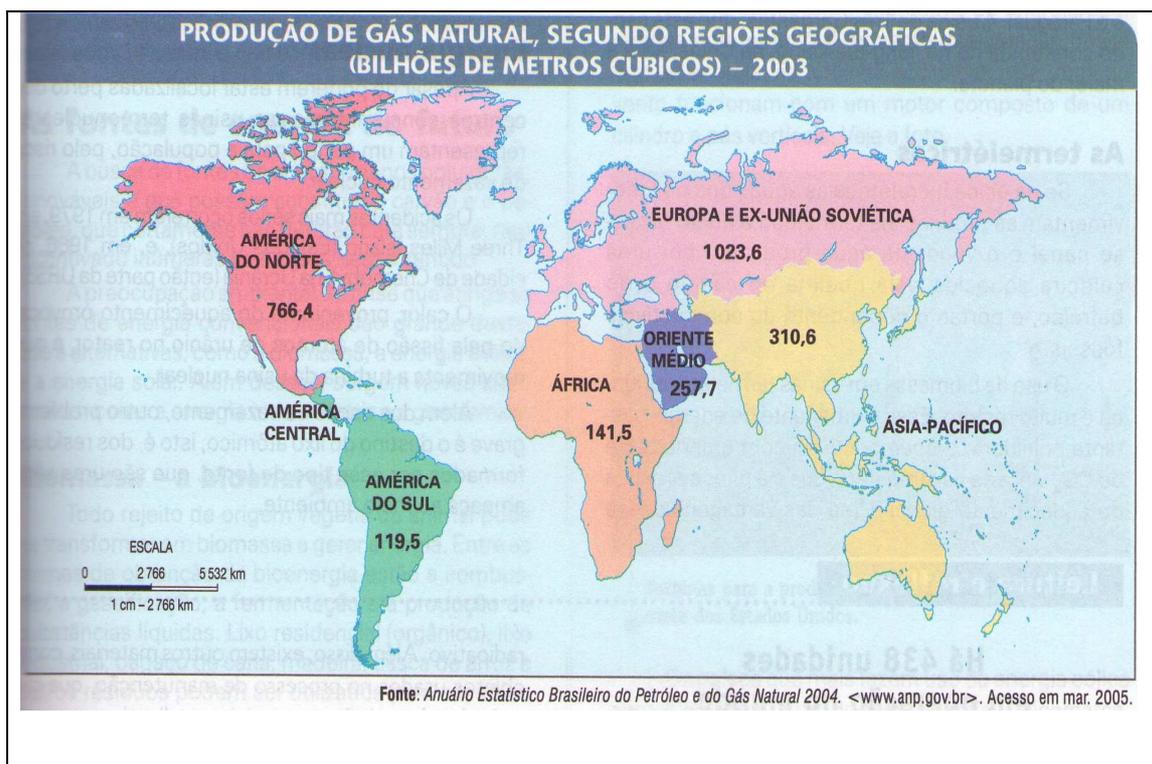
Todos os autores analisados abordam de forma direta ou indireta as questões relacionadas ao petróleo e a água, sempre respeitando a unidade e a articulação didático-pedagógica da obra.

Os autores que optaram em relacionar esses temas à realidade do Oriente Médio, mesmo que em graus distintos de aprofundamento temático, foram: ALMEIDA E RIGOLIN; BOLIGIAN E BOLIGIAN; FILIZOLA; LUCCI, BRANCO e MENDONÇA; MAGNOLI e ARAUJO; MOREIRA e SENE; TAMDJIAN e MENDES; TERRA e COELHO; e VENSENTINI. Há divergência factual e contradição entre a linguagem textual e a visual nas obras dos autores:

- ALMEIDA e RIGOLIN: Ao discutir a produção de gás natural no mundo apresenta o mapa: Produção de Gás Natural, segundo regiões geográficas, p. 407, abaixo ilustrada (mapa: 27), onde notamos uma regionalização do Espaço Mundial, em que o Oriente Médio, representado no mapa, é contraditória a representação adotada pelos autores no capítulo 18 – Oriente Médio: território e territorialidades (mapa: 08), já comentada na análise das representações regionais do Oriente Médio. Os autores não esclarecem em momento algum a

origem dessa contradição, o que nos leva a acreditar que a utilização de representações, de fontes distintas, sem o devido cuidado com as acepções adotadas, provoca divergências de representações da região nos livros didáticos de Geografia.

Mapa: 27

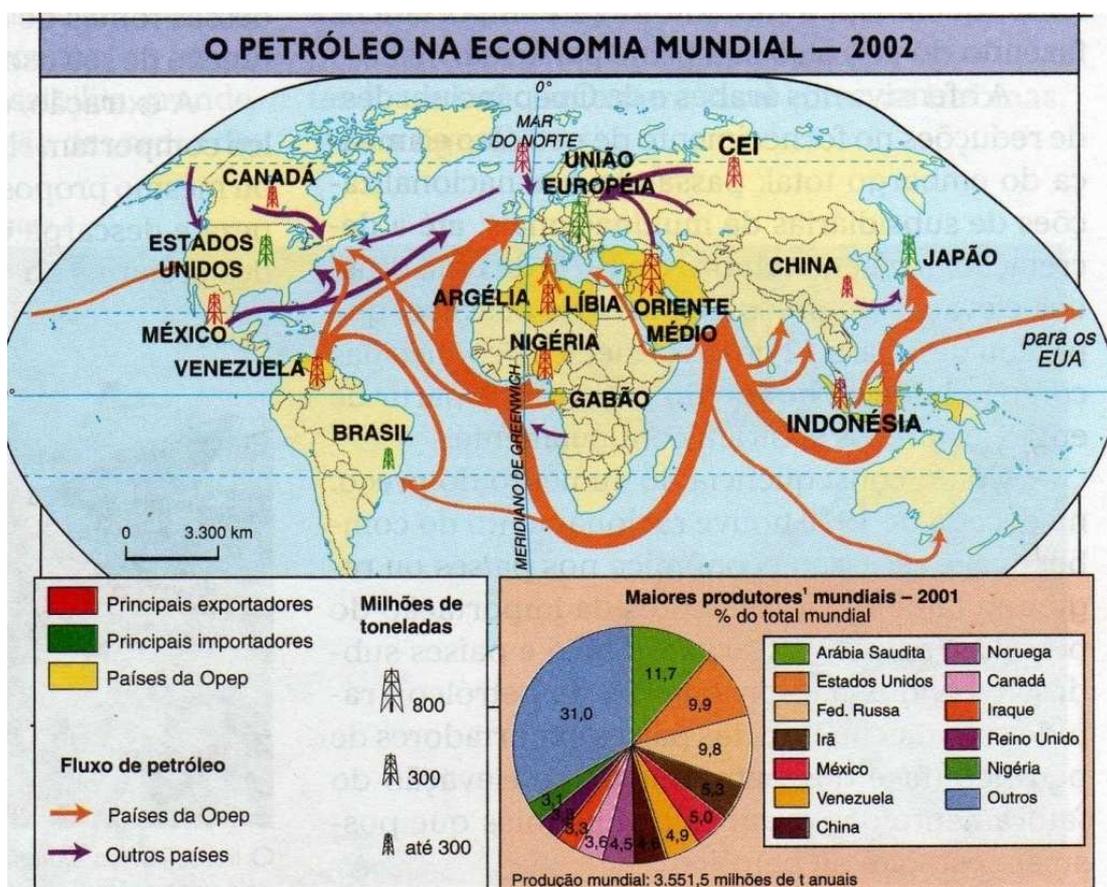


- TERRA e COELHO: No capítulo em que os autores discutem o petróleo, p. 189, encontramos divergências entre as informações apresentadas na representação abaixo, mapa 28, e o corpo do texto didático dos autores.

Notamos que a legenda indica que a cor amarela representa os países da OPEP. No Oriente Médio, observamos facilmente a Turquia inclusa na representação deste cartel e na África o Gabão, enquanto que texto apresenta

o cartel formado por onze países, sendo eles: Arábia Saudita, Argélia, Catar, Emirados Árabes Unidos, Indonésia, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria e Venezuela.

Mapa: 28



<sup>1</sup> A Opep responde por 40,8% da produção mundial.

Fontes: SERRYN, Pierre. *Atlas universel Bordas*. p. 21; e *L'état du monde 2003*. p. 79.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa investigação nesse trabalho concentrou-se no entendimento da concepção e representação espacial do Oriente Médio em sítios educativos e livros didáticos de Geografia. Devido à conotação regional que o termo Oriente Médio apresenta se fez necessário uma reflexão teórica do conceito de região, bem como compreender o contexto em que essa expressão foi concebida.

Assim, conforme as considerações feitas ao longo desse trabalho constataram, o conceito de região é utilizado por outros campos do conhecimento e no senso comum e vem passando por um processo de renovação no decorrer da história do pensamento geográfico.

Em relação à regionalização, destacamos que FRÉMONT (1980) abre a possibilidade de estabelecer uma região por meio da identidade cultural e BRITTO (1986) aceita este argumento, desde que, essa região, também se apresente como um espaço polarizado.

Em relação ao termo Oriente Médio alguns aspectos podem ser destacados:

O primeiro se relaciona com a noção de Oriente, que segundo SAID (2007) foi uma concepção européia baseada em relações de poder e dominação, que produziu representações do Oriente, definindo suas principais características e contornos. Logo, foram fundamentais para a construção de uma identidade ocidental que justificasse seus projetos imperialistas no Oriente.

Dessa forma, o continente asiático era do ponto de vista britânico, o Oriente, e a necessidade de estabelecer divisões internas criaram a expressão *Middle East* – Oriente Médio - que ficou consagrada.

No segundo destacamos que as relações de poder no espaço mundial criaram diferentes visões de mundo no decorrer da história. Essas concepções produziram representações espaciais para cada um desses momentos históricos. Neste sentido, a concepção de Oriente Médio vem sendo definida por interesses externos.

Podemos concluir que as várias visões de mundo produzidas a partir do imperialismo europeu do século XX, determinaram a imprecisão territorial e a fragilidade teórica conceitual que a expressão Oriente Médio carrega.

Em relação as representação cartográfica em sítios educativos, além de constatar a variedade de representações do Oriente Médio, a análise comparativa evidenciou a existência de um núcleo comum formado pelos países da Península Arábica e do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Catar, Kuwait, Bahrein, Iraque e Irã), além de Jordânia, Síria, Líbano, Israel e dos territórios palestinos ocupados. SILVA (2003) também identificou a existência desse núcleo, o qual denominou área core da região.

Cabe ressaltar que essa variedade de representações cartográficas dificulta o entendimento do tema, aumentando as dúvidas e gerando insegurança nos professores.

Por fim, buscamos analisar de que forma o livro didático de Geografia do Ensino Médio apresenta aos seus usuários finais, alunos e professores, as discussões e temas relacionados ao Oriente Médio, assim, constatamos por

meio da pesquisa, que embora essas coleções tenham passado por um processo de aprimoramento, ainda encontramos obras que apresentam erros ou imprecisão conceitual.

Em relação à representação cartográfica, encontramos obras em que a legenda não está de acordo com as convenções cartográficas e outra em que o texto contradiz o mapa.

Outro aspecto verificado diz respeito à contextualização histórica do Oriente Médio, encontramos autores que apresentaram divergência conceitual e exageraram na simplificação dos fatos históricos.

O terceiro elemento analisado refere-se à fundação do Estado de Israel, onde constatamos erros de interpretação histórica.

O último item analisado refere-se aos recursos minerais, os erros encontrados referem-se à cartografia, no mais, eles são trabalhados em distintos graus de aprofundamento de acordo com a proposta dos autores.

Diante do apresentado recomendo aos autores de livros didáticos e a outros profissionais que fazem uso da expressão Oriente Médio, que esclareçam aos seus leitores quanto à diversidade de concepções e representações espaciais que o termo comporta.

Finalizo essas considerações finais, apontando as lacunas que esse trabalho apresenta. Acreditamos que são muitas, mas gostaríamos de destacar a que consideramos que precisa ser melhor investigada: De que forma o tema Oriente Médio vem sendo efetivamente abordado em sala de aula, ou seja, um estudo das práticas docentes, Quais elementos os professores e alunos identificam como complicadores para o tema? Nossa pesquisa é importante para oferecer elementos para o professor de Geografia, mas é essencial, em

novos estudos, escutar, entender, refletir sobre a prática desse professor, e como ele, apesar de todas as adversidades – baixos salários, péssimas condições de trabalho, salas lotadas, entre outras coisas – consegue combater, por meio do ensino de Geografia, as mais variadas formas de manifestação do preconceito.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Os livros didáticos de Geografia: o corpus

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de e RIGOLIN, Tércio Barbosa. Geografia – Geral e do Brasil, volume único – 1. ed. – São Paulo: Ática, 2005.

BOLIGIAN, Levon e BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. Geografia – espaço e vivência, volume único - São Paulo: Atual, 2004.

FILIZOLA, Roberto. Geografia: volume único, ensino médio- coleção vitória-régia – 2. ed. – São Paulo: IBEP, 2005.

JUNQUEIRA, Silas Martins e UMMUS Victor William. Geografia – Projeto Escola e cidadania para todos. Vol. 1,2 e 3. - 1. ed. – São Paulo: editora do Brasil, 2005.

KRAJEWSKI, Ângela Corrêa e GUIMARÃES, Raul Borges, RIBEIRO, Wagner Costa – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2005.

LUCCI, Elian Alabi e BRANCO, Anselmo Lazaro, MENDONÇA, Cláudio. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2005.

MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO, Regina. Geografia: a construção do mundo: geografia geral e do Brasil – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2005.

MOREIRA, João Carlos e SENE, Eustáquio de. Geografia: volume único – São Paulo: Scipione, 2005.

SILVA FILHO, João Bernardo da e ANASTASIA, Carla M. Junho, MARTINI, Alice de, GAUDIO, Rogata Soares Del. – Ciências Humanas e suas tecnologias: História, Geografia: ensino médio, 3v. –São Paulo: IBEP, 2005.

SILVA, Vagner Augusto da. Geografia do Brasil e geral: povos e territórios, volume único – 1. ed. – São Paulo: Escola Educacional, 2005.

TAMDJIAN, James Onnig e MENDES, Ivan Lazzari. Geografia geral e do Brasil: estudos para compreensão do espaço: ensino médio: volume único – São Paulo: FTD, 2005.

TERRA, Lygia e COELHO, Marcos de Amorim. Geografia geral e geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico, volume único. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2005.

VESENTINI, José William. Geografia: geografia geral e do Brasil, volume único. – 1. ed. – São Paulo: Ática, 2005

## 2 - Bibliografia Geral

ALMEIDA, R.D; PASSINI, E.X. O Espaço Geográfico Ensino e Representação. São Paulo: Contexto, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I.E. de et all. (Orgs). Geografia: Conceitos e temas. 9. ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

BRENER, Jayme. Ferida Aberta: O Oriente Médio e a nova Ordem mundial. São Paulo: Atual Editora, 1993.

BRENER, Jayme. As Guerras entre Israel e os Árabes. São Paulo: Ed. Scipione, 1997.

BRITTO, Luiz Navarro de. Política e espaço regional. São Paulo: Nobel, 1986.

CARLOS, Ana Fani A. (org.). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (organizadores). Geografia: conceitos e temas. 9. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHEVALLARD, Yves ; JOSHUA, M. La transposition Didactique du savoir savant au savoir enseigné. Grenoble: La Pensée Sauvage Editions, 1991.

DAMIANI, Amélia Luisa. Geografia políticas e novas territorialidade In: PONTUSCHKA, Nidia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (orgs.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed.- São Paulo: Contexto, 2004.

DEMANT, Peter. O mundo muçulmano. 2. ed.- São Paulo: Contexto, 2004.

FONSECA, T. de L. e. "O livro didático de História: Lugar de Memória e formador de identidades". In: Simpósio Nacional da Associação Nacional de História, 20, Florianópolis, 1999. História: fronteiras/ Associação nacional de História. São Paulo: Humanitas, FFLCH, ANPUH, 1999.

FRÉMONT, Armand. A região, espaço vivido. Coimbra: Almedina, 1980.

GEOGRAFIA: Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2009 - Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.E. de et all. (Orgs). Geografia: Conceitos e temas.9.ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des) caminhos do meio ambiente. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. Territórios alternativos. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. E. Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_ A era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JOLY, F. A cartografia. Campinas-SP: Papirus, 1990.

KARNAL, Leandro. Oriente Médio. São Paulo: Ed. Scipione, 1994.

LACOSTE, Y. A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: Ática, 2002.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. A noção de região no pensamento. In: CARLOS, A. F. A. (org.). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

MARECHAL, Jean. La Professionalité de l’enseignant: nouveau Sésame pour l’ê système éducatif? “La Formation aux Didactiques”. INPR – Cinquième Rencontre Nationale sur lês Didactiques de la Géographie, dês Sciences Sociales. Paris, 1990.

MARTIN, André Roberto. A politização da geografia como alternativa à “crise dos territórios”. In: PONTUSCHKA, Nidia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (orgs.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2.ed.- São Paulo, Contexto, 2004.

MASTRANGELO, Ana M. A construção coletiva do croqui geográfico e a sala de aula. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH- Geografia USP- 2001.

\_\_\_\_\_. Olhares: Registro de Práticas Pedagógicas. Organizador Cal Barbosa. Osasco-SP: Editora V&B, 2002.

MORAES, A. C. R. de Pequena História Crítica da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico – Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIC, Nelson Basic. Oriente Médio: Uma região de conflitos. São Paulo: Ed. Moderna, 1991.

OLIVA, J. Ensino de Geografia: Um retrato desnecessário. In: CARLOS, A. F. A. (org.). A Geografia na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1999.

PAGANELLI, Tomoko Iyda. Reflexões sobre categorias, conceitos e conteúdos geográficos: seleção e organização. In: PONTUSCHKA, Nidia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed.- São Paulo: Contexto, 2004.

PERRENOUD, P. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PESCUMA, Derma; CASTILHO, Antonio P. F. Trabalho acadêmico – O que é? Como fazer? : um guia para suas apresentações. São Paulo: Olho d'água, 2005.

PINSKY, Jaime e Pinsky, Carla (org). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Maria do Céu de P. Ferreira., “infiéis na terra do Islão”: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PONTUSCHKA, N. O perfil do professor e o ensino/ aprendizagem. Caderno CEDES nº 39 - 1996.

PONTUSCHKA, N. A Geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, A. F. A. (org.). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1997.

RUFINO, Sonia M.V. Castellar. Geografia e Ensino. Caderno Prudentino de Geografia 17/ jul. 1995. Dossiê: Geografia e Ensino.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova. São Paulo: HUCITEC, 1986.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Espaço: técnica e tempo/razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. O currículo na escola média: desafios e perspectivas. São Paulo: SE/CENP; Brasília: MEC/SEMTEC/BID, 2004.

SCHAEFER, Fred. O excepcionalismo na geografia: um estudo metodológico. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, v. 7, n. 13, p. 5-37, 1977.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Edilson Adão Cândido da. Oriente Médio: a gênese das fronteiras. São Paulo: Zouk, 2003.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. O que está acontecendo com o ensino de geografia? \_\_ Primeiras Impressões. In: PONTUSCHKA, Nidia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (orgs.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2.ed.- São Paulo: Contexto, 2004.

SIMIELLI, M.E.R. O mapa como meio de comunicação: Implicações no ensino de geografia do 1º grau (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: DG-USP, SP, 1987.

SMITH, Dan. O Atlas do Oriente Médio: Conflitos e soluções/ Dan Smith; [tradução Mário Vilela]. – São Paulo: Publifolha, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação. As diferentes propostas curriculares e o livro didático. In: PONTUSCHKA, Nidia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de, (orgs.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VESENTINI, José William. Novas geopolíticas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

VLACH, Vânia Rúbia Farias. Geografia em construção. Belo Horizonte: Editora Lê, 1991.

\_\_\_\_\_. Papel do ensino de geografia na compreensão de problemas do mundo atual. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (63). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24563.htm>> [ISSN: 1138-9788] acessado em 17.08.09

## ANEXOS



Extraído de: VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 101